



**Patrimônio
histórico-cultural do**

SUDOESTE MARANHENSE

Organizadores:

Carmem Barroso Ramos
Roseane Arcanjo Pinheiro
César Alessandro Sagrillo Figueiredo

2 vol.



EDITORA
UEMASUL

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL
DO SUDOESTE MARANHENSE
VOL.2**

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

P314 Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense vol. 2. / Carmem Barroso Ramos, César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs.). /. – Imperatriz: EDUEMASUL, 2025.

142 p.; il. ; v. 2.

ISBN 978-65-89274-37-7

1. Patrimônio – história e memória. 2. Sudoeste maranhense – identidade regional. 3. Memória. IV. Título.

CDU 94:35.073.515.3(812.1)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**



Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitora

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Organizadores

Carmem Barroso Ramos

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Roseane Arcanjo Pinheiro

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva
(UEMASUL)

Profa. Dra. Camila Perez da Silva (UE-
MASUL)

Profa. Dra. Gabriela Guimarães Jeronimo
(UEMASUL)

Prof. Dr. Gutierrez Rodrigues de Moraes
(UEMASUL)

Profa. Dr. Luciana Oliveira dos Santos
(UEMASUL)

Prof. Dr. Marcelo Francisco da Silva (UE-
MASUL)

Profa. Dra. Niara Moura Porto (UEMA-
SUL)

Comitê Científico

Profa. Esp. Bruna Alves Maciel de Sousa
(Faculdade Anhanguera)

Profa. Dra. Cristiane Matos da Silva (UE-
MASUL)

Prof. Dr. Francisco Eduardo Aragão Ca-
tunda Junior (UEMASUL)

Profa. Ma. Jocelia Martins Cavalcante
Dantas (UNICEUMA)

Prof. Dr. Julio Rodrigues (UEMASUL)

Profa. Dra. Lisis Fernandes Brito de
Oliveira (UFRJ)

Profa. Dra. Patrícia Ferreira Cunha
Sousa (UEMASUL)

Profa. Dra. Regina Célia Costa Lima
(UEMASUL)

Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha
(UFMA)

Prof. Dr. Wellyson da Cunha Araújo
Firmo (UEMASUL)

Coordenação da Editora

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva

Diagramação

Maria Eduarda da Silva Santos

Capa

Gabriel Vieira

Revisão

Mônica Assunção Mourão

João Paulo Costa Alves

O trabalho de patrimônio público ou privado requer um olhar minucioso e com muito labor por quem se detém no seu ofício, como se fosse um tecelão, construindo artesanato através das fontes. Pensando nessa perspectiva e analisando os Patrimônios material e imaterial, nos debruçamos num espaço geográfico extremamente complexo, contraditório e plural que é a região do Sudoeste Maranhense, fruto de sua história que se desenvolveu de modo insurgente nesse lócus espacial.

A região do Sudoeste Maranhense, também chamada de Tocantina em face do rio Tocantins que margeia o seu espaço, é uma zona de transição, tanto no aspecto de bioma quanto da população migrante que flui para a construção das suas cidades. Dentre essas características formativas, originou um território com muitas particularidades, como reflexo desses movimentos endógenos e exógenos, mas que cresce e se mistura dando uma coloração marcante para o quadro espacial regional. A cidade de Imperatriz, com seu polo regional principal, acabou por se tornar o objeto principal de estudo desse cenário plural, multifocal e pleno de histórias neste livro.

Mediante o exposto, este livro chega para dar continuidade aos estudos realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI), como resultado das pesquisas de seus membros. Nessa empreitada, a obra nasce mantendo as linhas mestras de investigação do primeiro volume, buscando revelar a região, sua história, geografia e seu povo, elaborando um livro como se fosse um artefato precioso para a pesquisa, a extensão e o ensino. Desse diálogo profícuo entre a Universidade Estadual da Região Tocantina

do Maranhão (UEMASUL), IHGI e autores, esperamos que os leitores se vejam refletidos nas páginas deste livro a partir de suas próprias histórias de vida.

Ao adentrarmos neste campo, destacamos que trabalhamos nesta obra respeitando as fontes, primeiramente, buscando revelar um olhar comprometido do pesquisador para os personagens aqui retratados. Igualmente, burilamos com rigor os dados, fotografias, documentos e demais instrumentos que pudessem vir a elucidar mais um quadro da memória da região. Nesse mosaico construído, com certeza, a personagem principal é a região Sudoeste Maranhense e seu povo, conforme buscamos descortinar com olhar detido e acurado através do livro.

Conforme delineado, nosso conjunto de texto começa com a cidade de Imperatriz e a sua memória por meio do artigo de Roseane Arcanjo Pinheiro intitulado Memórias de mulheres jornalistas de rádio e TV em Imperatriz-MA, possuindo como objeto de análise memórias construídas por jornalistas de rádio e TV em Imperatriz, no Maranhão. Focando, também, a memória de Imperatriz e a educação como um Patrimônio material e imaterial, temos o artigo de Betânia Oliveira Barroso e Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo, cujo título é Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa: patrimônio educativo e referência da educação na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão, que possui com objetivo principal estudar o patrimônio educativo nos seus diversos aspectos, se detendo sobre o desmonte do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa em Imperatriz/MA.

Na sequência, ainda na cidade de Imperatriz, temos o artigo de Antônio Carlos Santiago Freitas com o título Memória, comunicação e a organização do museu da Igreja de Santa Teresa D'Ávila, possuindo como objetivo principal apresentar os resultados de uma pesquisa documental

realizada entre março de 2022 e abril de 2024, focada na coleta de informações primárias e secundárias sobre a Paróquia Santa Teresa d'Ávila, a igreja mais antiga de Imperatriz. Por fim, sobre a cidade de Imperatriz, temos o artigo de César Alessandro Sagrillo Figueiredo e João Batista Pereira Silva com o título Discussões acerca da literatura regional: um passeio pelas crônicas de Imperatriz e seus intérpretes, possuindo como objetivo principal examinar a produção dos cronistas locais ao longo das décadas, com vista a compreender as suas formas de revelar a cidade por meio de seus escritos.

Fechando o livro com estudos sobre cidades da região, temos o artigo de José Siney Ferraz Rodrigues e Carmem Barroso Ramos com o título de A festa do Divino no município de Montes Altos/MA: memória e identidade regional, possuindo como objeto de estudo festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Montes Altos/MA, demonstrando a sua origem sertaneja que cultiva traços de uma rica socio-diversidade cultural.

Carmem Barroso Ramos
Roseane Arcanjo Pinheiro
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
(Organizadores)

Capítulo 1 14

**Memórias de mulheres jornalistas de rádio e TV em
Imperatriz-MA**

Roseane Arcanjo Pinheiro

Capítulo 2 36

**Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa: patrimônio
educativo e referência da educação na cidade de
Imperatriz no estado do Maranhão**

Betania Oliveira Barroso

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Capítulo 3 66

**Memória, comunicação e a organização do museu da
Igreja de Santa Teresa D'Ávila**

Antônio Carlos Santiago Freitas

Capítulo 4 86

**Discussões acerca da literatura regional: um passeio
pelas crônicas de Imperatriz e seus intérpretes**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

João Batista Pereira Silva

Capítulo 5	114
-------------------------	------------

**A Festa do Divino no Município de Montes Altos-Ma:
Memória e Identidade Regional**

José Siney Ferraz Rodrigues

Carmem Barroso Ramos

CAPÍTULO 1 - MEMÓRIAS DE MULHERES JORNALISTAS DE RÁDIO E TV EM IMPERATRIZ-MA

Roseane Arcanjo Pinheiro

Universidade Federal do Maranhão

Orcid: 0000-0002-8613-0687

E-mail: roseane.ap@ufma.br

Resumo: O artigo traz um recorte da pesquisa de pós-doutorado¹ que teve como objeto as memórias construídas por jornalistas de rádio e TV em Imperatriz, no Maranhão. Adotamos o método biográfico e entrevistas semiestruturadas. O aporte teórico reuniu Delgado (2006), com reflexões sobre identidade e memória; Biroli (2010), autora que discute a atuação das mulheres nos espaços públicos, e Franciscato (2005), pesquisador que aponta o jornalismo como discurso gerador de uma experiência social singular no tempo presente. Entre as considerações finais, o trabalho aponta desafios vivenciados pelas comunicadoras, bem como constrangimentos e assédios. Por outro lado, as entrevistadas se sentem protagonistas da própria trajetória e buscam formas de resistências.

Palavras-chave: Comunicação; Mulheres; Memórias; Rádio e TV; Imperatriz-MA.

1 A pesquisadora realizou o pós-doutorado com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), no período de março de 2023 a março de 2024 (Edital N° 015/2022/BPD-11815/22). A supervisão foi realizada pela Profa. Dra. Valquíria Kneipp, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia (PPGEM/UFRN).

MEMORIES OF FEMALE RADIO AND TV JOURNALISTS IN IMPERATRIZ-MA

ABSTRACT: The article presents an excerpt from the post-doctoral research that had as its object the memories constructed by radio and TV journalists in Imperatriz, Maranhão. We adopted the biographical method and semi-structured interviews. The theoretical contribution brought together Delgado (2006), with reflections on identity and memory; Biroli (2010), author who discusses women's actions in public spaces, and Franciscato (2005), researcher who points to journalism as a discourse that generates a unique social experience in the present time. Among the final considerations, the work highlights challenges experienced by communicators, as well as pressure and harassment. On the other hand, the interviewees feel they are protagonists of their own trajectory and seek forms of resistance.

Keywords: Communication; Women; Memories; Radio and TV; Imperatriz-MA.

INTRODUÇÃO

A investigação objetivou mapear a trajetória de jornalistas da cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense, e compreender como enfrentaram os desafios da profissão, com foco em ambientes historicamente mais fechados a elas, como as emissoras de rádio e TV, onde há formas e padrões dominantes para os corpos e vozes. São espaços também pautados pelo ideário excludente e autoritário que cerceiam a liberdade das mulheres nos séculos XIX e XX, período de instituição e popularização dessas mídias.

As emissoras radiofônicas se tornaram populares a partir dos anos 30 do século XX no Brasil (Brito, 2024). Já a televisão chegou aos lares brasileiros na década de 1950 e no Maranhão a partir da década seguinte (Figueiredo, 2016). Na cidade de Imperatriz -MA, os anos 70 e 80 marcam o acesso à programação das emissoras de rádio e TV. De lá até hoje, a presença masculina no rádio e TV continua sendo predominante, especialmente em cargos de chefia.

Este trabalho também é um recorte de uma pesquisa de pós-doutorado, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre 2023 e 2024. Teve como objetivo analisar as memórias das jornalistas de TV e Rádio na Região Nordeste brasileira, como entrevistadas de quatro estados (Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco) em um contexto de mudanças tecnológicas, desigualdade de gênero e transformações sociais.

As mulheres, hoje, são maioria nas salas de aulas dos cursos de Jornalismo, nas mídias tradicionais e digitais (jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, portais). De acordo com a Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro realizada em 2021 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) as mulheres representam 57,8% enquanto os homens são 41,9%, mas elas enfrentam problemáticas para ampliar suas conquistas, como baixos salários, acúmulo de tarefas, assédio nos ambientes de trabalho, questões presentes nas relações sociais e profissionais. Portanto, escutar as trajetórias e conhecer as estratégias destas mulheres comunicadoras é valorizar a constituição de resistência contra as formas de violência e preconceitos que enfrentam.

O presente estudo apresenta decisões, embates e acomodações protagonizadas pelas jornalistas. Biroli (2010) debate sobre teses machistas que sustentam a baixa parti-

cipação das mulheres na cena pública, atribuindo a elas um não interesse pela política, já que a figura feminina teria vocação apenas para o ambiente doméstico, ao contrário do homem, que seria mais propenso ao espaço público. Essa percepção, que ainda marca as relações de poder, delimita a ação das mulheres no mercado de trabalho. No Jornalismo, apesar do maior acesso ao curso, as jornalistas formadas seguem ocupando cargos com salários menores e com pouco acesso às ocupações de maior prestígio e remuneração (Amorim, 2021).

Ao delinear as problemáticas, no âmbito do jornalismo, as comunicadoras trazem uma “apresentação estruturante”, onde relacionam suas perspectivas sobre as tensões e conquistas e compartilham convenções sobre o ofício, conforme Charaudeau (2010, 110 p.143). Ao combater o silenciamento e o apagamento sobre a vida das jornalistas, evitamos banalizar as existências delas como mulheres e cidadãs. O estudo também fortaleceu discussões sobre a redução das desigualdades, pois poderá identificar as rotinas de trabalhos, revelar os preconceitos e apontar as opressões vividas pelas profissionais no mercado de trabalho. A busca pela redução das desigualdades, um dos temas envolvidos na pesquisa, se alinha ao 10º objetivo sustentável da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no seu item 10.2, que aponta a relevância da promoção de todas as formas de inclusão social, visando fortalecer a dignidade todos os segmentos da população².

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adotou o método biográfico, com abordagem qualitativa, para analisar e problematizar as narrativas de mulheres jornalistas sobre suas trajetórias, problemáticas, valores e escolhas. As histórias de vida entrelaçam presente e passado. As lembranças são tecidas no tempo atual, o tempo de ressignificar as ações realizadas. O tempo passado é alvo dos olhares delas, que já trilharam outros caminhos e retomam os tempos idos, com concordância ou questionamento, com silêncios ou exaltações (GOBBI, 2005, p.88). Conforme Vilas Boas (2002), a biografia é uma disciplina com um caminho epistemológico próprio ao gerar a possibilidade de tornar histórica uma narrativa de vida.

Essa proposta metodológica proporcionou captar diferentes situações vivenciadas pelas entrevistadas. Tenciona unir a complexidade do cotidiano às dinâmicas das sujeitas. Efetuamos a pesquisa através das seguintes atividades: na primeira fase, foi feita a escolha das entrevistadas a partir da indicação dos pares, mulheres e homens, em função das trajetórias de reconhecida importância social desses profissionais para a área. Outro critério foi a disponibilidade delas em conceder as entrevistas solicitadas.

O recorte temporal envolveu comunicadoras formadas no final dos anos 90 e ainda atuantes na área do Jornalismo. O objetivo foi reunir histórias de vida de profissionais mais experientes e que tivessem vivido as seguintes mudanças: 1. Tecnológicas: como a popularização da internet, o impacto dessa tecnologia no trabalho jornalístico e na sociedade; 2. Culturais/sociais: advindas das leis contra a violência e a luta pelos direitos da mulher; 3. Políticas, a exemplo da

consolidação da democracia e a polarização política no Brasil e no mundo.

O processo, marcado pelo diálogo entre entrevistador e entrevistada, foi construído através de tópicos norteadores, que foram os seguintes: 1) Lembranças da infância e vínculos familiares; 2) Momentos relevantes da adolescência; 3) Escolha da carreira e outros papéis sociais; 4) Desafios para concluir do curso de Jornalismo ou similar; 5) Dificuldades e pressões no mercado de trabalho; 6) Conquistas profissionais e autorreferências. Essas temáticas objetivam articular valores e decisões profissionais para que pudéssemos compreender de forma mais ampla e crítica as carreiras construídas.

As escutas ocorreram entre os meses de julho a dezembro de 2023. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e gravadas em áudio, com autorização das jornalistas. Tiveram a duração de uma hora a 1 hora e 30 minutos. Elaboramos, abaixo, um breve perfil delas e suas principais experiências.

Tabela 1 - Entrevistadas nesta pesquisa.

Identificação	Perfil	Atividade atual
Dandara	Comunicadora que iniciou carreira no rádio e televisão. Depois se formou no Curso de Jornalismo da UFMA Imperatriz.	Assessoria de comunicação
Luiza	Comunicadora que iniciou na televisão. Depois se formou no Curso de Jornalismo da UFMA Imperatriz.	Assessoria de comunicação
Clara	Comunicadora que fez curso técnico em comunicação. Não tem graduação em Jornalismo. Tem experiência no rádio e no entretenimento.	Empreendedorismo em outra área

Fonte: Autora (2024)

Para preservar a identidade das entrevistadas, elas foram identificadas com nomes em homenagem às mulheres que estudaram a condição feminina e defenderam avanços jurídicos, como o direito à educação e à participação política:

Dandara, Luiza e Clara³. Todas residem e trabalham atualmente em Imperatriz-MA. Dessa maneira, interpretamos que a população feminina tem lutado constantemente pelos avanços sociais e políticos, sejam as mulheres reconhecidas pelo processo histórico ou as anônimas, que trabalham no cotidiano, de forma individual ou coletiva, contra as opressões.

DISCUSSÃO

Dandara⁴ tem vasta experiência na área comunicação e, mesmo com vários anos de carreira em rádio e TV, desejava fazer o curso de Jornalismo na Universidade. Lembra que precisou superar uma dificuldade pessoal. “Eu pensava: não vou conseguir. Sempre me preparo para não conseguir, mesmo que no fundo eu acredite”, afirma a comunicadora ao rememorar as dúvidas e sonhos acalentados.

Os receios na trajetória pessoal de Dandara nos remete à imagem que construímos de nós mesmos, que é tecida socialmente. À mulher geralmente se associou a fragilidade e a debilidade, imagens questionadas pela crítica feminista, mas que ainda circulam nas sociedades. Ao defender políticas feministas e uma educação libertadora, que desvinculam homens e mulheres das violências machista e sexista, Bell

3 Dandara dos Palmares liderou, no século XVII, as falanges femininas no quilombo do Palmares. Clara Camarão lutou contra as invasões holandesas na capitania de Pernambuco. Luíza Mahin participou de uma das principais revoltas negras de resistência à escravidão na Bahia, no início do século XIX, a Revolta dos Malês. Nísia Floresta (1810-1885) é considerada uma das primeiras educadoras feministas do Brasil.

4 Nome fantasia para identificar uma das entrevistadas pela pesquisa. O objetivo é preservar nomes, identidades e histórias de vida.

Hooks (2018, p.15) reflete sobre a urgência de um mundo onde todos possam construir suas trajetórias sem violências nas relações sociais:

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidade.

A autora discorre sobre a “coragem de transgredir”, a cultura de subverter e não se sujeitar ao papel determinado socialmente e assumir as responsabilidades e riscos pelas escolhas desejadas (Hooks, 2013, p.36). Dandara, mesmo com medo e receio de não conseguir, rompeu com um padrão social e resolveu elaborar uma nova jornada profissional. Ao almejar a autorrealização, as mulheres assumem as dificuldades, de forma mais plena e consciente, opondo-se às visões excludentes sobre como viver e agir em sociedades conservadoras.

A questão de gênero, enfrentada pelas mulheres nas relações sociais, visa determinar o lugar subalterno onde deveriam ficar, especialmente as mulheres negras, ao invés valorizar as potências de cada uma (Adichie, 2014). Outro desafio enfrentado por elas é participar da vida pública e confrontar a ideia de que não teriam interesse por questões coletivas e políticas, porque só teriam vocação para a maternidade e a vida privada (Biroli, 2010).

A trajetória de Dandara, a primeira entrevistada, apresentou mudanças desde cedo. Nasceu em uma cidade

pequena, no entanto ainda na infância, aos sete anos, mudou-se com a família para a maior localidade das redondezas, Imperatriz, onde completou os estudos. Filha única, foi criada pelos tios desde os dois anos de idade e tem boas lembranças do convívio familiar. Uma das principais era a escuta de notícias pelo rádio. “Eu sempre tive contato com o rádio. Porque lá em casa meu pai sempre teve o hábito de ouvir o rádio. Sempre em cima da mesa, que era ligado ‘eternamente’”, rememorou.

Antigamente a programação de rádio não era música, conta a jornalista. “Eram notícias e programas diferentes. Era na AM”. Outro hábito, que mais tarde seria também a profissão, foi a TV: “meu pai sempre assistiu telejornal”. Numa casa de poucos móveis, recordou Dandara, o aparelho de TV era destaque na sala de estar, perto das cadeiras do pai e da mãe e dos tamboretos, onde as crianças e as visitas se sentavam.

As escolhas de Dandara foram além das atribuições de esposa e mãe, que então cultivaram desde cedo. Casou-se aos vinte anos, mas anos depois a separação ocorreu. Sem amparo significativo do ex-companheiro, acumulou a vida doméstica e o trabalho fora de casa, a exemplo de muitas mulheres que, aflitas e sozinhas, são obrigadas a se sobrecarregarem para criar os filhos pequenos. Ela, porém, sempre desejou uma vida mais ousada. Vislumbrou navegar por um ambiente desconhecido e desejado, a Universidade.

Essa mudança de rota é problematizada por Bell Hooks (2018) que a nomeia de “autotransformação ativa”, quando o indivíduo abraça a chance de ser sujeito da própria história, sendo capaz de analisar as próprias potencialidades, se afastando da condição de ser subjugado em sociedades com valores patriarcais. Nesse processo, as mulheres

enxergam as contradições oriundas da hierarquização de gênero, que tem uma relação muito concreta com o sistema de acumulação capitalista e o controle da força de trabalho (Federici, 2004).

A carreira de Dandara começou sem a formação superior. Nos anos 90, a cidade de Imperatriz-MA não tinha o curso de Jornalismo, autorizado a funcionar somente em 2006⁵. As emissoras de rádios e emissoras de televisão, então, faziam seletivos e contratavam os que tinham ensino médio e apresentavam melhor desempenho nos testes de texto, vídeo e locução.

Portanto, alguns anos se passaram e a participação no ENEM⁶, efetivou a entrada de Dandara no curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Maranhão, que foi obtida pela força pessoal e enfrentamento das situações. Para Dandara, foi a chance de afirmar que, de forma concreta, estava se tornando “uma verdadeira jornalista”. Ela reafirma que preferiu o caminho, mais árduo, porém perseverante e enriquecedor, de alcançar o diploma do ensino superior e ter acesso ao conhecimento científico sobre a profissão.

As lembranças de Dandara se embaralham com as mudanças sociais que a cidade de Imperatriz atravessou, ao se transformar em polo universitário (Franklin, 2008), onde a formação superior passou a ser valorizada. Halbwachs

5 O Curso de Jornalismo, no campus Imperatriz, foi efetivado pela resolução número 83/2005, do CONSUN/UFMA. A primeira turma entrou em 2006. O curso autorizado, presencial e vespertino, teve seu reconhecimento efetivado na Portaria SESU/MEC nº 479, de 25/11/2011.

6 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que começou a ser aplicado, em todo o país, a partir de 1998, pelo Ministério da Educação (MEC), órgão do Governo Federal, para avaliar o desempenho dos estudantes ao final do ensino médio. A nota é uma forma de ingresso em instituições públicas de ensino superior.

(1990) explica que a memória individual é constituída nas conjunturas coletivas, onde é validada pelas lembranças e valores compartilhados nos grupos sociais. Nesse processo, podemos recorrer às memórias de terceiros para confirmar ou enfraquecer nossos registros. Então, para o autor, a memória de cada um é alimentada pelas ocorrências na dimensão coletiva, que daria coesão às organizações sociais.

O sociólogo detalha que as memórias pessoais e familiares se relacionam e são elaboradas através das relações, então não existe uma dualidade, a minha e a sua lembrança. Elas se amparam, se mesclaram no processo permanente de ressignificar o passado e viver o presente. Ao refletir sobre o conceito de memória, Delgado (2006) destaca que se trata de forma de conhecimento e uma experiência social relevantes para o autoconhecimento dos sujeitos. É no ato de lembrar que se consolida a sensação de pertencimento a uma comunidade, é um elemento a reforçar as consciências coletivas.

O interesse de Dandara pelo jornalismo nos remete à institucionalização da profissão e à compreensão do fenômeno jornalístico como prática social que possibilitou, efetivamente a partir dos séculos XVIII e XIX, uma vivência social diferente no tempo presente (Franciscato, 2005). Ao relatar as movimentações sociais na atualidade, tempo no qual está o jornalista e seu público, o profissional constrói referências para que seus leitores possam ter acesso a uma interpretação da realidade imediata. O trabalho jornalístico também reforça o sentido de comunidade nos leitores, que compartilham o interesse pelas notícias e as mesmas problemáticas no cotidiano.

Ao rememorar o passado e a conclusão do curso de Jornalismo, Dandara, mesmo sendo uma comunicadora conhecida, alcançou, através do diploma, um reconhecimento

to social, amparado por uma realidade que se consolidou no mercado de trabalho em Imperatriz-MA, a maioria dos que estão na área do Jornalismo é oriunda da Universidade (Gehlen et al, 2018). O sonho pessoal começou no passado e se tornou realidade por meio da formação oficial. Conforme o relato de Dandara, ela alcançou a carreira almejada, o que também ampliou as oportunidades profissionais no presente, em um contexto de enfrentamento de problemáticas familiares e profissionais.

Tempos desafiadores

Nascida em outro estado, localizado no sudeste brasileiro, a segunda entrevistada, Luiza⁷, reflete sobre a escolha da carreira na área da comunicação. “Costumo dizer que o jornalismo me escolheu”, observou. Ela se mudou para Imperatriz com a família aos 15 anos, à época sentiu um misto “saudades, desconforto e solidão”. Nesse novo lugar de tantas emoções, começou a trabalhar em uma rádio da cidade, na atividade de recepcionista. Mas, a voz e a postura agradaram a empresa, que a convidou para trabalhar nos estúdios. “Elogiavam minha voz, postura e dicção. Era algo natural, era como se eu sempre tivesse feito aquilo, era tudo familiar”. A experiência na rádio favoreceu a ida para outra área, a televisão. “Éramos aprendizes e fazíamos jornalismo com grande paixão, em um tempo sem internet e sem celular”, recorda Luiza.

Ao retomar o começo da carreira, a jornalista frisa que foi um tempo de aprendizagem, de reconhecimento do trabalho pelo público. Como a finalidade de homens e mu-

7 Nome fantasia para identificar uma das entrevistadas pela pesquisa. O objetivo é preservar nomes, identidades e histórias de vida.

lheres, no uso da linguagem, em princípio, não é somente estruturar uma visão das coisas, de nomear objetos e situações e sim se posicionar frente ao outro e ao mundo (Charaudeau, 2010, p.41), a comunicadora demarca os tempos bons dos tempos desafiadores, que vieram em seguida, traduzidos pelas cobranças, pela falta de condições de trabalho e salários baixos.

A comunicadora, que se formou em Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão anos depois de começar a carreira, relata as dificuldades em equilibrar vida privada e vida profissional na frente das câmeras. “Conciliar maternidade, trabalho e vida pessoal ainda hoje é um grande desafio para as mulheres”, ressalta ao comentar que teve três filhos.

]Luiza também lembrou de outro tema sensível, às pressões sofridas em uma época na qual não se debatia o tema de forma ampla como na atualidade. “Outro grande desafio foi lidar com o assédio de pessoas próximas. E era tudo às claras, elogios com segundas intenções, propostas indecentes, convites para jantar. Apesar de me sentir constrangida, eu ignorava e seguia trabalhando”.

A abordagem de temas dolorosos e poucos debatidos é necessária para que esses assuntos e fatos possam ser documentados e as violências combatidas pela categoria e também por políticas públicas. As jornalistas, como mulheres de outras carreiras, convivem com ações que buscam oprimi-las, coagi-las e chantageá-las em seus locais de trabalho. Na área do jornalismo, o impacto dos assédios e violências compromete desde a saúde física e mental das profissionais até o desempenho delas na atividade, situação que as prejudica enormemente (Amorim, 2021). Os ataques ocorreram tanto nos ambientes internos quanto externos de trabalho, tanto no contato presencial quanto nas mensagens virtuais.

A dissertação de Janaína Amorim (2021) identificou inúmeros problemas, indicados em relatos orais de jornalistas de Imperatriz-MA. Os atos violentos são protagonizados por chefes, que aproveitam a posição de mando para chantageá-las, e há casos de entrevistados que as agridem. Para evitar os constrangimentos, elas evitam entrevistar algumas fontes que as assediam ou desistem de fazer certas reportagens, escolhas que podem prejudicá-las quanto à ascensão profissional ou podem ser vistas como falta de profissionalismo.

Pollak (1989, p.10) explica que existem as “memórias enquadradas”, porque as pessoas e instituições lidam com esquecimentos, não-ditos e memórias subterrâneas, temas sensíveis, pouco abordados e que podem passar despercebidos. As sombras e os silêncios, geralmente, são apagados das memórias, no entanto, podem, com o passar dos anos, invadir o espaço público pela retomada das reminiscências que os relatos orais possibilitam.

A comunicadora Luiza detalhou as razões que a levaram, após quase três décadas de profissão e já graduada pela universidade, a buscar outras áreas da comunicação, além do telejornalismo: “Remuneração inadequada, falta de condições de trabalho, muitas cobranças, cansaço pelo uso da minha imagem, o que fez com que minha paixão fosse acabando”, comentou ao avaliar os anos de profissão. Na época deste artigo, ela estava contratada em uma assessoria de comunicação, trabalho que considerava possível conciliar com as demandas familiares. Por outro lado, reforçou que tem orgulho da carreira que construiu e da experiência universitária que obteve.

Assédio: “sim, sempre e muito”

A comunicadora Clara, que também nasceu em uma cidade próxima a Imperatriz, iniciou as atividades de locutora através de uma oportunidade que surgiu para gravar comerciais em emissoras de rádio e TV. Fez uma formação técnica na área da comunicação, pois na época, na década de 1990 não havia o curso de Jornalismo em Imperatriz. As experiências no rádio foram as mais marcantes. “No rádio é você e seus ouvintes”, rememora a profissional que percorreu também cidades trabalhando na área política.

De uma família grande de nove filhos, Clara sempre trabalhou muito. A comunicadora lembrou que, em alguns momentos, chegou a ganhar mais que os colegas homens, o que gerou comentários negativos que duvidavam da competência dela. A radialista recorda de frases ditas por pessoas próximas de que, por ser jovem e mulher, em ambientes muito masculinos, como área de TV, especialmente, no entretenimento, teria que provar que era mais dedicada e profissional.

Ao trabalhar com a voz e o corpo, articulados nas emissões radiofônicas, Clara determinou seu “lugar de fala” e rompeu com o silêncio de quem estava em um “lugar de subalternidade”, mas que havia conquistado um espaço reconhecido pela sociedade (Ribeiro, 2017), o que gerou incômodos em indivíduos e segmentos dominados pelo pensamento patriarcal, de que mulheres são menos capazes ou que não podem dominar certos lugares sociais ou não podem se expor.

A respeito dos assédios, pressões de homens com posição econômica ou política maior que a pressionavam buscando vantagens pessoais, Clara é bem objetiva: “Sim, sem-

pre e muito”. Com duas filhas, a comunicadora observa que sempre trabalhou em ambiente com expressiva participação masculina, como empresários e políticos, e que em contextos dos assédios chegou ser muito grosseira para se livrar de posturas inconvenientes, às vezes, também evitava o embate e ignorava os comentários. A questão era complexa, explica Clara, porque não podia se desentender com pessoas para as quais estava trabalhando ou com as quais convivia profissionalmente.

Na perspectiva de Delgado (2006, p.7), a memória individual pode documentar situações que podem gerar movimentações históricas dos indivíduos e dos grupos e a luta pela transformação social. “Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento, o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente”. No caso das mulheres, ao lembrar das tensões do passado, elas podem ressignificar, de diferentes maneiras, aquilo que viveram, quando tiveram que refazer caminhos ou se reacomodar frente às dificuldades. Isso vai depender das experiências do presente, que ora podem referendar o que foi feito ou rechaçar os fatos narrados.

Biroli (2010) explica que as diferenças de gêneros são estruturais, amparadas por construções sociopolíticas, de inclusão ou exclusão das mulheres de certos papéis. Para além da presença quantitativa, no espaço público, a autora aponta ser relevante problematizar as relações de gênero e os preconceitos que demarcam as atribuições para homens e mulheres, que também são reforçadas socialmente.

Algumas problemáticas, nos casos de assédios vividos pelas jornalistas, acentuam as dificuldades no combate a esses crimes. Segundo Amorim (2022), que teve como pano de fundo as condições socioculturais da cidade de Impera-

triz-MA, é difícil para as profissionais denunciarem os casos. Geralmente estão subordinadas às figuras masculinas, chefiadas que ficam na capital e as colegas, mesmo em postos mais altos, não têm poder de intervir nas situações.

De acordo com a pesquisa Mulheres e liderança na mídia: evidência de 12 mercados, realizada pelo Instituto Reuters, em 2023,⁸ “as mulheres representam 58% da categoria, apenas 13% dos cargos de chefia nas redações são ocupados por jornalistas do gênero feminino”. As jornalistas pretas sofrem mais frequentemente com o preconceito de raça e gênero, porquanto durante a pesquisa citada, nenhuma delas estava em ocupação de chefia (Instituto Reuters, 2023). E as mulheres, pretas e pardas, mesmo com a mesma escolarização, ganham menos que os colegas homens e, por isso, não conseguem galgar posições na estrutura hierárquica, onde eles são preferidos por terem mais credibilidade e condições de assumir várias funções ao mesmo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ouvidas atuam há quase 30 anos na área do jornalismo. A escolha desse perfil ocorreu porque são profissionais que vivenciaram relevantes mudanças tecnológicas, sociais e políticas nas últimas décadas e que impactaram o fazer jornalístico também. Foram transformações relativas aos direitos da população feminina e à abertura democrática brasileira. Elas atravessaram mudanças tecno-

8 Texto disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://fenaj.org.br/mulheres-continuam-minoria-em-cargos-de-chefia-nas-redacoes-do-brasil-e-do-undo/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,esse%20percentual%20era%20de%2021%](https://fenaj.org.br/mulheres-continuam-minoria-em-cargos-de-chefia-nas-redacoes-do-brasil-e-do-undo/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,esse%20percentual%20era%20de%2021%20).

lógicas, como a vinda da internet e as trocas nos ambientes digitais; as mudanças sociais, a exemplo do combate às violências doméstica e sexual.

Mostram preocupação com as violências contra elas, moral, simbólica e física, nos ambientes de trabalho. As entrevistadas, que trabalham em Imperatriz-MA, relataram casos de assédios e constrangimentos por trabalharem em ambientes ainda dominados por uma perspectiva conservadora e patriarcal. Outros desafios enfrentados foram conciliar carreira, casamento e oportunidades profissionais. Por outro lado, se percebem enquanto sujeitas dessas trajetórias, romperam padrões e conquistaram seus projetos profissionais. Expressaram, em palavras e gestos, a satisfação por exercerem a profissão que escolheram.

Por outro lado, percebemos, através das narrativas colhidas, um enfrentamento individual e solitário dos constrangimentos e assédios, porque não conheciam ou não sabiam em quais instâncias pedir ajuda ou orientação. As situações são complexas, porque envolvem indivíduos que são chefes ou são próximos aos cargos de maior poder, outros indivíduos autores dos abusos são entrevistados com os quais precisam conversar para produzirem as coberturas jornalísticas. São contextos que prejudicam o desempenho profissional das comunicadoras.

A presença cada vez maior das mulheres nos Cursos de Jornalismo, alerta para a importância da conscientização das jornalistas contra as violências que poderão sofrer ao longo da carreira. Os relatos analisados, neste trabalho, documentam a cultura do abuso contra elas. Portanto, será necessário continuar os estudos sobre a temática nos cursos, bem como a realização de campanhas e eventos para mobilizar estudantes, jornalistas, colegas, professores e famílias

pelos direitos delas e no combate à violência nos lares e no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todas feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

AMORIM, Janaína Lopes. **O corpo está no contrato**: estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz-MA. Orientadora: Thaisa Cristina Bueno. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021. Disponível em: Teses e Dissertações: O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (online) ,99 p. 45-96, v. 90, 2010.

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Radiojornalismo no norte do Maranhão**: um estudo de emissoras de antena (2018-2023). Orientadora: Valci Regina Mousquer Zuculoto. 2024. Tese (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CLARA. Entrevista realizada pela pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro, em 19 de setembro de 2023, na cidade de

Imperatriz-MA.

DANDARA. Entrevista realizada pela pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro, em 06 de julho de 2023, na cidade de Imperatriz-MA.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral, memória, identidades. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FIGUEIREDO, Marcos Arruda Valente de. **TV Difusora: a política na história da televisão no estado do Maranhão - 1962 a 1991**. Orientadora: Cristiane Finger Costa. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Doutorado Interinstitucional em Comunicação PUCRS- UFMA, Porto Alegre, 2016. Disponível em: TEDE PUCRS: TV Difusora: a política na história da televisão no estado do Maranhão – 1962 a 1991.

FEDERICI, Silvia. **Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o Jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para história econômica de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

GEHLEN, Marco; BUENO, Thaisa; DE PAULA, Vanessa. **Quem somos? O perfil educacional do formado em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (MA)**. Revista Paradoxos. N. 2, vol.3, julho-dezembro, 2018.

GOBBI, Maria Cristina. Método biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatedoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO REUTERS. Mulheres e liderança em meios de notícias 2023: evidências de 12 mercados. 13 mar. 2023. Knight Center for Journalism in the Americas. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/mulheres-ocupam-menos-de-13-dos-cargos-de-lideranca-em-redacoes-no-brasil-e-no-mexico-segundo-estudo/>. Acesso em 24 fev. 2025.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral); Jacques Mick ... [et al.]. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características socio-demográficas, políticas, de saúde e do trabalho/1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

LUIZA. Entrevista realizada pela pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro, em 02 de outubro de 2023, na cidade de Imperatriz-MA.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografias & biógrafos:** jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2012.

CAPÍTULO 2 - CENTRO DE ENSINO DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA: PATRIMÔNIO EDUCATIVO E REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE IMPERATRIZ NO ESTADO DO MARANHÃO

Betania Oliveira Barroso

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

<http://lattes.cnpq.br/2424166976246375>

E-mail: betania.barroso@ufma.br

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade

Federal do Maranhão(UFMA)

lattes.cnpq.br/9537824283784264

E-mail: svfigueiredo50@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio educativo no tocante ao conjunto estrutural (prédio, documento e objetos) que compõem o espaço escolar do Centro Educacional Dorgival Pinheiro de Sousa. Igualmente, apresenta os resultados do relatório final do Programa de Residência Pedagógica Edital nº 21/2018 – PROEN/UFMA, instituído pelo Edital CAPES nº 06-2018. Considerando que as escolas são importantes para a formação dos sujeitos que nela compartilham suas vivências e saberes socializando-os também com a comunidade da qual fazem parte. Compreendemos que as memórias coletivas são importantes no processo de fortalecimento das identidades, além disso, podem ser consideradas ferramentas de resistência diante das narrativas oficiais que são massivamente trabalhadas através dos currículos nas escolas.

Portanto, pautamos nossa discussão nas concepções dos autores como Benito (2017); Bosi (1993); Freire (1979, 1987), dentre outros autores que se dedicam a reflexão sobre a valorização da educação e do patrimônio escolar em nosso país do mesmo modo a preservação tanto do espaço físico quanto documental. Também, discutem a emancipação dos sujeitos através da educação e construção das relações que acompanham os estudantes nos âmbitos sociais, culturais, históricos e políticos. Nesse sentido, apresentaremos algumas reflexões necessárias visando “tentar compreender” os motivos que levaram o prefeito da Cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão a encerrar, definitivamente, as atividades deste tradicional centro de ensino.

Palavras-chave: Patrimônio educativo; memória individual e coletiva; preservação do patrimônio educativo e emancipação dos sujeitos.

DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA EDUCATIONAL CENTER: EDUCATIONAL HERITAGE AND REFERENCE FOR EDUCATION IN THE CITY OF IMPERATRIZ IN THE STATE OF MARANHÃO

ABSTRACT: This article aims to reflect on the importance of preserving educational heritage regarding the structural ensemble (building, documents, and objects) that make up the school space of the Dorgival Pinheiro de Sousa Educational Center. It also presents the results of the final report of the Pedagogical Residency Program, Notice No. 21/2018 – PROEN/UFMA, established by CAPES Notice No. 06-2018. Considering that schools are important for the development of individuals who share their experiences and knowledge, also socializing them with the community to which they belong, we understand that collective memories are important in the process of strengthening identities. Furthermore, they can be considered tools of resistance against official narratives that are massively promoted through school curricula. In this sense, we base our discussion on the concepts of authors such as

Benito (2017); Bosi (1993); Freire (1979, 1987), among other authors who dedicate themselves to reflecting on the appreciation of education and school heritage in our country, as well as the preservation of both physical and documentary space. They also discuss the emancipation of individuals through education and the construction of relationships that accompany students in the social, cultural, historical, and political spheres. Therefore, we will present some necessary reflections in an attempt to “understand” the reasons that led the mayor of the city of Imperatriz in the state of Maranhão to permanently close the activities of this traditional educational center.

Keywords: Educational Heritage; Individual and collective memory; Preservation of the educational heritage and emancipation of the subjects.

INTRODUÇÃO

O espaço educacional é um ambiente de produção do conhecimento que através da cultura e dos saberes trabalhados, conforme as práticas pedagógicas, contribuem com os educandos em toda dimensão do processo formativo: social, cultural e político. Nesse sentido, são ações que possuem materialidade mediante o pertencimento dos sujeitos ao território escolar, igualmente, aos objetos e documentos que são registros valiosos para a vivência coletiva da comunidade estudantil. Desse modo, as interações sociais viabilizadas por esse “território de saberes” são marcantes para os sujeitos durante a vida escolar e, do mesmo modo, impactam o percurso histórico das cidades conforme sua localidade geográfica. De acordo com Agustín Escolano Benito:

[...] a ideia de patrimônio se associa à identidade e reforça ao mesmo tempo o valor da tradição. Até pouco tempo os bens da escola foram excluídos dos arquivos

da memória oficial, uma memória marcadamente seletiva, interessada, principalmente, em fatos e obras notáveis. Agora esses bens são buscados, conservados e difundidos porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais. Eles fazem parte de nosso relato, sobretudo, desde que a experiência escolar passou a fazer parte das formas universais de sociabilidade. Justamente por isso, estamos cada vez mais decididos a salvaguardá-los uma vez que eles são essenciais no processo de constituição de uma identidade coletiva (Benito, 2017, p.273-274).

Portanto, a socialização no espaço educacional é parte fundante na formação dos sujeitos, pois se trata de um espaço coletivo de aprendizagem e vivência que deve ser preservado, especialmente, por ser um patrimônio significativo tanto para o processo formativo quanto para a identidade social dos estudantes. Dessa forma, preservar o patrimônio educativo⁹ é proteger o patrimônio material e imaterial que assume o lugar de registro das práticas sociais e culturais diante de determinados períodos que podem contribuir para a criação de uma nova intelectualidade coletiva de viés emancipatório e crítico. A proteção dos espaços escolares se torna emblemático por suscitar uma reflexão sobre a impor-

9 Para Escolano Benito, desde o surgimento da escola graduada e obrigatória, a “cultura e seus esquemas de sociabilidade passaram a fazer parte de nossa memória individual e coletiva”, todos os componentes da cultura escolar (os componentes curriculares, as maneiras de administrar as relações intersubjetivas e os processos de ensino-aprendizagem, os dispositivos das mediações com as quais se executa a ação educativa, os esquemas das estruturas institucionais, o comportamento dos atores envolvidos nos processos escolares) fazem parte de nossa memória social e individual (Benito 2017, p. 202).

tância da preservação desses locais que guardam a memória da educação brasileira.

Desse modo, o patrimônio educativo garante a preservação dos bens que corroboram para o processo de ensino-aprendizagem no movimento de construção do conhecimento e da cultura, incluindo os registros de vivências e memórias do passado e do presente. Melhor dito, exatamente por ser um território de sociabilidade que contempla as vivências dos sujeitos em toda a sua formação se faz necessário atentarmos para a importância de proteger o aspecto histórico da escola que ao mesmo tempo se torna uma referência para a cidade, sobretudo, por ser um *lócus* que marca a vida das pessoas durante boa parte de sua existência.

À vista disso, a importância do patrimônio educativo se justifica ao analisarmos como a modernidade forjou as sociedades de histórias, avaliando que a escola se tornou um ambiente meritório, especialmente, quando examinamos de que maneira o espaço educacional foi forjado ao longo do percurso histórico da humanidade. Consequentemente, compreendemos o quanto esses territórios de saberes são lugares onde encontramos espaços de memórias, algumas vezes fragmentadas, mas que podem ser construídas com vista a formar um painel coletivo sendo necessário cautela na busca desses fragmentos que segundo Pierre Nora (1993), podem se tornar um sentimento fantasioso, uma vez que no decurso da História não foi possível salvaguardar seu patrimônio.

Continuando o diálogo com Nora, simbolizado através de arquivos ou das memórias que ocupam lugares privilegiados, através dessa perspectiva de análise as celebrações e comemorações também conservam fortes marcas na memória dos sujeitos que viveram a pujança desse tempo escolar.

Segundo Nora:

O estudo dos lugares encontra-se, assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão seu lugar e seu sentido: de um lado o movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. O tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória para só viver sob o olhar de uma história reconstituída (Nora, 1993, p. 12).

A reflexão apresentada pelo autor reforça a importância da valorização do capital histórico com a finalidade de encerrar a tradição das memórias oficiais que, propositalmente, são eternizadas por exemplo nos livros didáticos. Logo, podemos verificar que a memória social enfrenta enorme desafio perante a memória oficial que desconhece ou propositalmente trabalha o apagamento desses atores sociais no processo de construção da cultural. Justificamos como imprescindível que os estudos acadêmicos e demais instituições que discutem sobre os saberes e a ciência, as lutas sociais, os direitos e modos de viver dos povos indígenas, comunidades tradicionais contribuam para difundir ainda mais “outros olhares” sobre a história e os símbolos nacionais apresentados como únicos e verdadeiros.

Desse modo, possuímos como objeto principal de análise nesse artigo estudar a importância do patrimônio educativo em diversos aspectos conforme delineado no decorrer do texto, outrossim, examinar como o Estado que de-

têm o poder de disseminar e validar as narrativas históricas oficiais através das suas instituições, especialmente, da rede escolar. É possível verificar que de acordo com a discussão o poder público age com desprezo no tocante as narrativas erigidas pelas comunidades regionais que indubitavelmente contribuem com os processos históricos em seus *lôcus* espaciais. Precisamente para revelar esse confronto entre agentes díspares, o estudo torna-se de fundamental importância para aquilatar as memórias consideradas “subterrâneas”.

Assim, compreendemos que o trabalho dos estudiosos, pesquisadores e demais setores da sociedade assume papel importante para escrever/contar a dinâmicas de vida os saberes e lutas dos atores invisibilizados. A partir dessa concepção, buscamos narrativas com enfoque na realidade e pertencimento dos fatos, almejando superar o sentimento de falácia sobre a inexistência das memórias espontâneas e coletivas. Conforme indicado por Néstor Garcia Canclini:

[...] o patrimônio expressa a solidariedade que une os que compartilham bens e práticas que os identificam, bem como, se torna um lugar de cumplicidade social. Patrimônio é interpretado como um recurso para produzir diferenças entre grupos sociais e, em tal perspectiva, foi utilizado na produção das culturas nacionais e dos imaginários nacionais do Ocidente (Canclini, 1994, p. 95-115).

Dessa maneira, a preservação do patrimônio pode ser considerado uma estratégia de resistência dos sujeitos inseridos no contexto de invisibilidade social. Ainda, pretende-

mos reforçar como a preservação da história educacional da cidade Imperatriz no estado do Maranhão, em 2025, perdeu um dos maiores símbolos da educação local representado pelo Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa. Escola pública estadual de ensino médio que durante décadas atendeu a comunidade estudantil de Imperatriz, especialmente, alunos da periferia da cidade.

Compreendemos que esse tema, necessariamente, faz parte das diretrizes curriculares como instrumento de conscientização e fortalecimento no tocante a relação e proteção dos espaços educacionais na cidade de Imperatriz. Portanto, diante dessa realidade as diretrizes regionais da educação cooperam com as abordagens sobre o tema através das discussões de valorização do patrimônio local contemplando a dinâmica de vida da comunidade, respeitando sua cultura e modo de existência específico. Tal compreensão, conforme nossa análise, pode ser realizada visitando prédios históricos e museus, documentos, registros fotográficos, bem como conhecendo os sujeitos das histórias.

[...] o interesse em conhecer as formas da memória social, iniciado na década de 1970, tornou-se intenso nas Ciências Humanas o que tem engendrado um conjunto de problematizações teóricas e metodológicas, tornando evidentes inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a influência dos grupos sociais na formação das lembranças (Bossi, 1993, p. 277-284).

Também, avaliamos que são inúmeras as possibilidades de se trabalhar com a juventude escolar sobre a impor-

tância do patrimônio educativo, contudo é necessário que as unidades educacionais elaborem estratégias metodológicas que contribuam para despertar nos educandos sentimentos de pertencimento e enaltecimento em relação aos espaços/lugares históricos. Nesse aspecto, a educação patrimonial possui como missão proporcionar aos educandos uma leitura do mundo, notadamente, contribui também com a reflexão sobre os lugares considerados não formais. Essas reflexões, consequentemente, se tornam necessárias para a complementação das informações e conteúdos transmitidos, idem, contextualizados na escola.

Mediante o exposto, compreendemos que é possível trabalhar a definição de patrimônio, seja cultural seja educativo, como facilitador da relação ensino-aprendizagem tornando-o mais abrangente e democrático, logo, inibindo qualquer tentativa de reduzir o valor e a contribuição da cultura local diante das narrativas da história oficial. Assim sendo, essa ação prática e metodológica qualifica a discussão no sentido de compreender que os grupos invisibilizados detêm o conhecimento necessário para apresentar sua constituição histórica a partir das memórias do passado que constituem sua história.

Nessa lógica, enfatizamos que os apontamentos apresentados neste trabalho não excluem, caso desejem colaborar, com a participação dos órgãos oficiais de proteção ao patrimônio material e imaterial, considerando seu papel de agentes detentores dos trâmites oficiais. Segundo delineamento, o Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa representa para Imperatriz o espaço de memória, ou seja, acumulou durante décadas movimentos de vida que impactaram decisivamente no processo histórico, cultural, social e político da cidade.

1 DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA VICE-PREFEITO DE IMPERATRIZ: PERSONAGEM EMINENTE PARA A COMUNIDADE IMPERATRIZENSE

A unidade educacional foi inaugurada inicialmente com o nome de Escola Dorgival Pinheiro de Sousa (DPS), precisamente no dia 09 de março de 1972, durante o mandato do prefeito imperatrizense Renato Cortez Moreira (1970 a 1973). O nome da escola é uma homenagem ao vice-prefeito de Imperatriz Dorgival Pinheiro de Sousa¹⁰, personagem iminente da cidade que participava de organizações como o Rotary Club e Maçonaria.

10 Nascido na Cidade de Canto do Buriti no Estado do Piauí, radicou em Imperatriz, prosperou e despontou como liderança autêntica, influenciando decisivamente a vida regional e foi assassinado em 12 de novembro de 1971. Pessoa de grande desenvoltura, abraçado por uma parcela expressiva da população dada a sua popularidade resultante, dentre outros fatores, da atenção que dava às pessoas menos favorecidas da sociedade imperatrizense que aos sábados fazia fila na porta do seu escritório, localizado na Avenida Getúlio Vargas em busca de atendimento. Fonte: <<https://oprogressonet.com/noticia/12122/meio-s-culo-de-seu-passamento>. Acessado em: 14 de março de 2025>.

Figura 1- Fachada da Escola Dorgival Pinheiro de Sousa (1983)



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

Dorgival foi industrial que, segundo notícias da época, se doava ao atendimento das pessoas carentes da cidade e com essa visão humanitária e política marcou a vida da cidade e dos seus moradores que tinham admiração pelo vice-prefeito. Em virtude da sua participação efetiva no fortalecimento da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz da qual foi presidente, ele foi reconhecido também como decisivo na discussão para a implantação da primeira rede de telefonia local e com base no personagem que inspirou o nome da escola DPS, percebemos o potencial de representatividade do espaço educativo para a cidade.

Mesmo com a evidente relevância de Dorgival também da escola para a cidade no dia 27 de janeiro de 2025, a comunidade estudantil foi surpreendida com o anúncio de

encerramento das atividades¹¹ educacionais do tradicional Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa. O anúncio, como era de se esperar, gerou profundo descontentamento e protestos por parte da população principalmente da comunidade estudantil, culminando em protestos e a interrupção da rua Simpício Moreira (com galhos de árvore e queimando pneus) endereço da escola.

Figura 2 – Fachada da Escola Dorgival Pinheiro de Sousa (2025)



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.esperar>

11 A Prefeitura de Imperatriz solicitou ao Governo do Estado a devolução do prédio do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa, devido ao baixo número de alunos. O prédio foi cedido ao Estado, mas com o fim do período de cessão a prefeitura pediu a devolução. Motivos do fechamento: 1) o prédio possui 32 salas e, atualmente, estavam ativas apenas 7 turmas (matutino) e 5 (vespertino) e, 2) encerramento do contrato de cessão com o Governo do Estado. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) realocou os alunos para outras unidades escolares da região. Fonte: <<https://imperatriz.online/educacao-imperatriz/estado-responde-sobre-fechamento-de-escola-em-imperatriz-alunos-serao-transferidos-para-outras-instituicoes/2025/>>. Acessado em: 14 de março de 2025>.

Diante dessa conjuntura, fica exemplificado a desvalorização do patrimônio educativo e respectivamente dos símbolos da educação que são uma referência tanto para os antigos alunos quanto para as futuras gerações. Logo, é importante mencionar que essa decisão/anúncio ocorreu durante uma forte campanha da Secretaria da Educação do Maranhão (Seduc/MA), denominada Pacto pela Aprendizagem¹², objetivando assegurar os padrões apropriados de desenvolvimento também a melhoria dos índices de aprendizagem na educação básica dos estados e municípios. Entretanto, perante a iniciativa de encerramento das atividades educacionais do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa, verificamos uma contradição no tocante ao objetivo do programa.

Esse conflito entre finalidade e práxis, indiscutível-

12 Com o objetivo de assegurar padrões adequados de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes da educação básica ao propor estratégias de enfrentamento às defasagens acumuladas, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Educação, Camilo Santana, o Decreto nº 12.391/2025, que institui a política educacional, foi publicado no Diário Oficial da União. Entre os objetivos da política estão a coordenação de ações necessárias para alcançar as metas e as estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos planos de educação estaduais, distrital e municipais, em relação à superação das insuficiências e da defasagem de aprendizagens dos estudantes. Os padrões adequados de aprendizagem e desenvolvimento envolvem um conjunto de habilidades e competências que os estudantes devem alcançar em cada etapa da educação básica, consideradas as definições estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Fonte: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/governo-institui-pacto-nacional-pela-recomposicao-das-aprendizagens>>. Acessado em: 14 de março de 2025.

mente, demonstra uma contradição dialética, já que a finalidade inicial da educação é cooperar para a emancipação dos sujeitos no sentido de possibilitar uma análise crítica das *situações-problemas-desafios* que os afetam cotidianamente em especial o apagamento da memória educacional da comunidade estudantil. O autor Paulo Freire explicita que:

Diante de um “universo de temas” em contradição dialética, os homens tomam posições contraditórias; alguns trabalham na manutenção das estruturas e outros em sua mudança. Na medida em que cresce o antagonismo entre os temas que são a expressão da realidade, os temas da realidade mesma, possuem tendências a serem mitificadas ao mesmo tempo que se estabelece um clima de irracionalidade e de sectarismo. [...] O tema que se lhe opõe, a visão crítica e dinâmica do mundo, permite desvelar a realidade, desmascarar sua mitificação e chegar à plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade para a libertação dos homens (Freire, 1979, n.p.¹³).

Em vista disso, o patrimônio educativo do município de Imperatriz é impactado pelas intencionalidades que circundam a gestão pública no âmbito educacional, conforme enfatizamos nesse trabalho que discorre sobre o encerra-

13 De acordo com a ABNT NBR 6023 no item 8.7.5: qualquer referência que não tenha citação deve constar a observação “paginação irregular”. No caso dos livros digitais que não possuem paginação deve constar a observação “não paginado (n.p.)”. Fonte: <<https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/abntnabr6023.pdf/092b145a-7dce-4b97-8514364793d8877e>>. Acessado em: 14 de março de 2025.

mento das atividades do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa considerada tradicional e um marco para a educação dos imperatrizenses. A escola foi importante para a formação dos milhares de estudantes secundarista da rede pública estadual contudo, em 2025, na gestão do Governador Carlos Brandão (2023 a 2027) encerrou definitivamente suas atividades deixando um legado de apagamento da memória material e imaterial para a cidade. Melhor dizendo, com o fim do termo de cessão do município para o estado, a estrutura física da escola será utilizado para outros fins conforme anunciado pelo prefeito de Imperatriz Rildo Amaral, ou seja, o contexto histórico representado através da arquitetura do prédio será reconfigurado com a implantação do complexo administrativo municipal.

Desse modo, agindo de maneira arbitrária e sem diálogo, o poder público liquida com as possíveis discussões ao transformar o *lôcus* espacial em sombras de um passado que materialmente passa a não existir. Ou seja, fica apenas na memória a existência do espaço educacional que proporcionou à comunidade estudantil construção do conhecimento durante décadas. Diante dessa problemática enfatizamos a importância de implementação da educação patrimonial na fase inicial da vida escolar como ferramenta de proteção do patrimônio educativo que é um reservatório que elucida para as futuras gerações o conhecimento dos padrões pedagógicos vigentes no passado.

Ainda, realçando a importância do Centro de Ensino Dorgival, fez parte do corpo docente grandes educadores como o professor Frederico A. Rocha e José Lago que faleceu em 2020, esses personagens forma marcantes na história da escola. Outro nome de destaque é do professor Jaílson de Macedo Sousa, falecido em 2021, que atuou durante anos

no Dorgival Pinheiro, posteriormente, passando a trabalhar na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), ministrando a disciplina de Geografia. Em síntese, aqui temos alguns exemplos de profissionais da educação que durante suas trajetórias marcaram a vida dos estudantes e professores também da comunidade em geral. Esse painel demonstra parte da memória da cidade e confirma a importância da unidade educacional tanto para a comunidade local quanto para as futuras gerações.

No que concerne a outras referências acerca da sua relevância, o centro de ensino detém uma vasta trajetória de atividades desenvolvidas durante a sua existência, justamente, por ser uma escola que trabalhava com afinco para proporcionar aos educandos um espaço inclusivo de qualidade. Para exemplificar, citamos algumas destas ações¹⁴, quais sejam:

1) Participação no **Projeto de Redação do Ministério Público do Maranhão**: ler, escrever e pensar. Visando despertar a consciência crítica dos alunos da rede pública estadual, através da leitura como foco na corrupção;

2) Participação no **9º Concurso de Redação do Senado Federal** com o tema: Esporte – educação e inclusão. A escola foi classificada em segundo lugar na categoria estadual;

3) Participação no **Projeto Parceiros da Paz e Campanha**

Maranhão na Prevenção contra as Drogas. Ação realizada pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas;

14 As atividades do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa descritas no texto estão disponíveis em: <<https://cedorgivalpinheiro.blogspot.com/?view=snapshot>>. Acessado em: 14/03/2025.

4) Participação e premiação no **Projeto Parlamento Jovem**: direcionado para os alunos do Ensino Médio de escolas públicas e particulares para participar os alunos deveriam apresentar um projeto de lei que trata da realidade do país, apresentando possíveis alternativas como propostas para solucioná-lo. A centro de ensino teve aluna premiada em segundo lugar;

5) Participação na **31ª Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia: Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC, 2016)**, realizada em Novo Hamburgo (RS) com a pesquisa “Eu sou responsável pela água do futuro”. O aluno do centro de ensino foi premiado pela CAPES;

6) Participação e premiação na **I Mostra Científica das Escolas da Educação Básica de Imperatriz (MOCIEBI)**, disputou com cinco projetos e dois foram premiados em segundo e terceiro lugar.

O nosso esforço metodológico e reflexivo consiste em apresentar para a comunidade em geral o quão precioso são os espaços de construção do conhecimento em todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem. Nessa construção, evidenciamos que essas etapas de modo associativo são fases do conhecimento escolar, haja vista funcionam como parte integrante da constituição humana porquanto nesse aspecto a escola (estrutura física) constituída pelo corpo docente, documentos e histórias de vida que passaram pelo ambiente escolar são a representação da construção das identidades, saberes e modos de ser e viver. De tal modo que, nessa conjuntura o patrimônio educativo representado pelo Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa se torna fundamental para a perspectiva histórica de Imperatriz.

2 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - PROEN/UFMA: CONHECENDO O CENTRO DE ENSINO DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA

A provocação que resultou na escrita deste artigo tem origem no trabalho desenvolvido durante as atividades no Programa de Residência Pedagógica -PROEN/UFMA¹⁵, no período de outubro de 2018 a novembro de 2019. O programa tem por objetivo proporcionar a imersão dos licenciandos na rotina escolar com a finalidade de despertar no estudante uma postura práxis-reflexiva e crítica, a partir do contato direto com o ambiente escolar. De igual modo, estimular nos educandos a partir das suas vivências uma pluralidade de experiências e saberes. Sublinhamos que no período de desenvolvimento das atividades da Residência Pedagógica era possível verificar a necessidade de recuperação da estrutura física da escola.

De acordo com os protocolos da universidade e do estado, o Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa foi uma

15 Edital Nº /2018 – PROEN. Instituído pelo Edital CAPES Nº 06-2018. Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor-preceptor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua instituição financeira.

das escolas-campo habilitadas para desenvolvermos as atividades do programa de residência. O trabalho teve início em 16 de março de 2018, sendo distribuído da seguinte maneira: 1) etapa I – ambientação, 60h; 2) etapa II – imersão e regência, 320h e, etapa III – socialização e relatório final, 60h. Conforme os requisitos exigidos pelo programa, a etapa de imersão e regência na escola-campo deveria ter no mínimo de 100h regência em sala de aula e todas as atividades eram acompanhadas pela docente orientadora e o professor-preceptor, além disso, foram disponibilizadas fichas de acompanhamento pedagógico para descrever semanalmente as atividades desenvolvidas.

Todo o material produzido, durante a Programação de Residência Pedagógica, originou o relatório de atividades que fora encaminhado para Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelo programa. Sendo importante ressaltar que o programa visa, dentre outros aspectos: 1) aperfeiçoar a formação discente nos cursos de licenciatura; 2) fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre IES e a escola promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura, estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores e, 3) promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Acerca do exposto, no período de ambientação e conhecimento da escola-campo foi possível conhecer a dinâmica da instituição educacional e, também, a realidade vivida pelos educandos diante do contexto precário que o prédio já apresentava. Delineando o espaço, o centro de ensino possui três pavimentos distribuído entre as áreas de gestão esco-

lar e dois pisos que comportam vinte e seis salas de aula, no entanto, apenas quatorze salas estavam ativas com o funcionamento de dezenove turmas nos turnos matutino e vespertino. Nesse diagnóstico espacial, é significativo deixar registrado que nesse período (2018-2019) a instituição contava com um total de 635 alunos matriculados, média de 35 alunos por turma.

Ainda, grifamos que estamos falando de um centro de ensino com a seguinte estrutura: sala de professores, diretoria, secretaria, coordenação, laboratório de informática, arquivo, biblioteca, auditório, refeitório, lanchonete, banheiros (masculino e feminino), quadra poliesportiva e amplo pátio. Em relação a parte estrutural, alguns setores da escola chamaram à atenção tendo em vista a ausência de conforto ambiental para os estudantes desenvolverem suas atividades. Segundo identificado no período de imersão: a) o refeitório era amplo, mas não tinha cadeira para comportar os alunos na hora do lanche; b) na área de preparação dos alimentos encontramos um arquivo e vários livros dividindo espaço como os alimentos e, c) a quadra de esportes era uma obra inacabada, provavelmente, há alguns anos, pois estava ocupada por uma bananeira que já tinha furtos.

Diante da carência de espaço para os alunos socializarem, a direção da escola improvisou uma pequena área (reservada para guardar bicicletas) de lazer onde no horário do recreio os estudantes jogavam futebol. Assim, tivemos contato com uma professora que possuía necessidade especial, fazia uso de muletas para se locomover, ela ficou impossibilitada de acessar o piso superior da escola em virtude da inclinação elevada da rampa. Na tentativa de melhorar minimamente a dinâmica de trabalho da professora, a direção disponibilizou o auditório para que a educadora pudesse mi-

nistrar suas aulas sem causar danos à sua saúde.

Consequentemente, esse conjunto de situações-problemas-desafios foram observados e indicados no relatório final do Programa de Residência Pedagógica, precisamente, no item oito do documento. No item considerações finais¹⁶, solicitava explicar a partir da sua participação no projeto, dentre outros pontos, como a residência contribuiu para a sua formação profissional e, ainda, descrever sobre as dificuldades encontradas durante o período de regência, expliquei:

Chamo à atenção dos gestores tanto municipal quanto estadual para um olhar especial para a educação na Cidade de Imperatriz, pois na escola-campo sob a gestão estadual onde desenvolvi as atividades de residente, enfrenta uma dura realidade de abandono ao observarmos o primeiro pavilhão do prédio fechado e abandonado em razão de um acordo firmado entre os governos municipal e estadual, deixando de atender grande parcela de estudantes. Assinalo que a escola-campo Dorgival Pinheiro de Sousa é parte da história de Imperatriz sendo necessário zelar por esse patrimônio. A estrutura física precisa de reforma urgente, tendo em vista a situação que verificamos na quadra de esportes entendemos que a prática esportiva é essencial para o desenvolvimento

da comunidade estudantil. Finalizando, o programa nos proporcionou contato direto e prático com a realidade da educa-

16 Programa de Residência Pedagógica. Plano de atividade de residente. Documento elaborado pelo residente juntamente com professor-preceptor homologado pela docente orientadora. Residente: Jean Pierr S.V. Figueiredo, matrícula no IES n. 2018031299. IES/ Código: Universidade Federal do Maranhão -548. Docente Orientadora: Betania O. Barroso e o preceptor Arthur A. Barros da Costa. Código/escola-campo: Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa.

ção imperatrizense permitindo-nos sair da teoria para exercer na prática o ato de educar (Relatório Final, Programa de Residência Pedagógica, 2019).

Perante as constatações vivenciadas no Programa de Residência Pedagógica, compreendemos que se torna urgente a elaboração de leis e ações de preservação dos espaços educacionais no Brasil, com vista tanto para a sua manutenção quanto para a preservação de sua memória. Justificamos a afirmação, pois consideramos a educação um vetor emancipatório que tem o poder de forjar uma sociedade igualitária, reflexiva, crítica e consciente, logo, todo o aparato educacional simbólico acumulado ao longo do tempo serve de referência para os indivíduos socializarem e, decisivamente, construírem suas relações durante a fase de crescimento físico e intelectual. Segundo Paulo Freire:

Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. [...] A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato de ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1979, n.p.).

Dessa maneira, contribuir metodologicamente com

a construção de uma consciência reflexiva e crítica durante a formação dos educandos, também, é uma forte estratégia de fortalecimento sobre a valorização dos símbolos que são representados no patrimônio educativo. Melhor dito, não basta que o educador fale sobre esta importância por meio dos textos e imagens do que um dia “foi o símbolo” da educação ou de um fato marcante da história de luta das comunidades locais. Em conformidade com a discussão trabalhada ao longo deste artigo, é necessário que o professor trabalhe essa reflexão através das situações concretas que afetam a realidade da comunidade estudantil diariamente. Por conseguinte, conscientizar se torna ação imprescindível no processo de tornar nossos estudantes sujeitos à transformação dos espaços. Para alicerçar a afirmativa, Freire (1987, n.p.) afirma que “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

Assim, realçamos que essas contradições existem e são intrínsecas na relação entre a arquitetura dos espaços escolares, nas políticas educacionais e concepções pedagógicas. Do mesmo modo, nos currículos escolares e todas as materialidades produzidas nesses espaços. Sumarizando, consideramos que é fundamental que as escolas, os pesquisadores e todos os envolvidos em um projeto que objetiva a defesa da memória e proteção do patrimônio educativo trabalhem dentro do currículo das instituições as questões atinentes à educação. Avaliamos que não garantir o lugar da memória local impacta na formação das futuras gerações, pois as referências da educação, especialmente no caso do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa na cidade de Imperatriz – MA, deixa de existir em face do conflito entre a gestão estadual e municipal, refletindo no descaso de ambos

os gestores com o patrimônio educativo da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto ao longo do texto, a preservação da memória, assim como do patrimônio educativo, coopera para o fortalecimento identitário da comunidade escolar no sentido de estimular o sentimento de pertencimento a todo processo histórico e social das cidades onde esses espaços estão inseridos. Da mesma maneira, são referências que marcam significativamente as vivências dos sujeitos com suas distintas realidades que foram socializadas durante a formação no ensino básico.

Fechando a análise, consideramos que vivemos numa sociedade em que as memórias individualizadas servem de alicerce para as memórias coletivas, ação que cumpre o papel de fortalecer as histórias/narrativas oficiais e menospreza os relatos de vida das classes consideradas subterrâneas ou não oficiais. Nessa acepção teórica, destacamos que atualmente vivemos um contexto de fortalecimento das histórias coletivas numa perspectiva social, pois são histórias que cumprem a função de apresentar os fatos, nomes, imagens, objetos e arquiteturas que demonstram a participação, efetiva, da sociedade local no processo de construção das histórias das cidades e tudo que nela existe. Nesse aspecto, percebemos o valor material e imaterial do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa na cidade de Imperatriz-MA para a educação local.

De acordo com os apontamentos, constatamos que a escola é considerada tradicional para a sociedade imperatri-

zense, além disso, foi fundante no processo educacional da comunidade, contribuindo também para formar inúmeros personagens de relevância na vida pública e social de Imperatriz. Conforme abordamos na introdução, a escola fundada em 09 de março de 1972, foi desativada, encerrando definitivamente suas atividades estudantis, no dia 27 de janeiro de 2025. Dessa maneira, a iniciativa de fechamento de espaços escolares tradicionais acaba, por conseguinte, levando consigo as vivências que foram socializadas no ambiente escolar. Ainda, são iniciativas que fragmentam muito as memórias individuais e coletivas, haja vista que a partir do ano de 2025 não possuem mais materialmente a escola constituída no período em que dividiram suas opiniões e comportamentos de maneira coletiva.

Finalizando, foram apagadas décadas de história para dar lugar a um amplo complexo administrativo, ou seja, perdemos uma escola com capacidade de atender aproximadamente três mil alunos. Perdemos a escola que simboliza a história de vida de uma gama de sujeitos inseridos no movimento permanente de evolução em diversas áreas da vivência coletiva, quais sejam: social, cultural, política e de resistência, sobretudo, diante dos enfrentamentos para consolidar as memórias e lutas sociais. Dessa maneira, o encerramento das atividades educacionais do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa abre uma lacuna na história local de Imperatriz. A escola se tornou o nosso lugar de memória onde as ações coletivas, os acontecimentos e as interpretações do passado acabaram se forjando como referência e ferramenta de reflexão para as futuras gerações.

Concluindo, um dos patrimônios educativos da cidade de Imperatriz deixou de existir num movimento arbitrário, pois os nossos governantes, tanto estadual quanto

municipal, não tiveram a sensibilidade de abrir uma consulta pública para comunicar a decisão e, conseqüentemente, ouvir a comunidade. A destruição do patrimônio educativo no Brasil demonstra esse papel de atraso em que vivemos, assumindo um lugar de fragilidade para, de fato, possuímos uma educação equitativa e de qualidade. Por fim, afirmamos que o espaço escolar é um lugar de aprendizagem, trabalho e convivência dos sujeitos, portanto, enfatizamos que é nesses espaços de ensino-aprendizagem que promovemos a emancipação e a valorização da educação e, conseqüentemente, dos seus símbolos como fonte de pertencimento da vivência e aprendizado da comunidade estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITO, Agustín. E. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia.** Editora Alínea. Campinas, 2017.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Revista Psicologia USP.** v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

BRITO. Alba. F. O; BOSCHINI. F. F. **Patrimônio Educativo: arquitetura escolar e currículo.** Jundiaí – SP, Paco Editorial, 2021.

CANCLINI, Nestor. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.10, p. 7-28, 2012.

LINKS ACESSADOS

O Progresso.net. <<https://oprogressonet.com/noticia/12122/meio-s-culo-de-seu-passamento>>. Acessado em: 14 de março de 2025.

Imperatriz Online. <<https://imperatriz.online/educacao-imperatriz/estado-responde-sobre-fechamento-de-escola-em-imperatriz-alunos-serao-transferidos-paraoutrasinstituicoes/2025/>>. Acessado em: 14 de março de 2025.

Diário Oficial da União. Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. Fonte: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/governo-institui-pacto-nacional-pela-recomposicao-das-aprendizagens>>. Acessado em: 14 de março de 2025.

CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA, COMUNICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO MUSEU DA IGREJA DE SANTA TERESA D'ÁVILA

Antônio Carlos Santiago Freitas

Universidade Federal do Maranhão(UFMA), Imperatriz
lattes.cnpq.br/9745803600292535
E-mail: antoniocarlosfreitas92@gmail.com

RESUMO: Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa documental realizada entre março de 2022 e abril de 2024, focada na coleta de informações primárias e secundárias sobre a Paróquia Santa Teresa d'Ávila, a igreja mais antiga de Imperatriz, no Maranhão, erigida pela Lei Provincial nº 398 de 27 de agosto de 1856. Os dados reunidos servirão como base para a criação e organização do futuro museu paroquial, que poderá fomentar o turismo religioso e histórico, promovendo a valorização do patrimônio local. A iniciativa surgiu em 2022, durante as comemorações dos 170 anos de fundação de Imperatriz e do 170º Festejo de Santa Teresa d'Ávila, padroeira do município, em resposta à ausência de fontes históricas no arquivo paroquial. Assim, foram mapeados recortes de jornais, fotografias e documentos de acervos públicos e eclesiásticos. A análise preliminar do material reunido possibilitou a identificação de três principais fases da história da paróquia: o período imperial, a Missão Capuchinha e a história diocesana. Os dados coletados visam contribuir para a divulgação científica, tecnológica, cultural e social, além de fornecer testemunho jurídico e histórico, despertando o interesse pela história local e pelos antepassados da cidade de Imperatriz.

Palavras-chave: Imperatriz; Paróquia Santa Teresa D'Ávila; Religião; Memória; Pesquisa documental.

MEMORY, COMMUNICATION AND THE ORGANIZATION OF THE MUSEUM OF THE CHURCH OF SANTA TERESA D'ÁVILA

ABSTRACT: This study presents the results of a documentary research conducted between March 2022 and April 2024, focused on collecting primary and secondary information about the Parish of Santa Teresa d'Ávila, the oldest church in Imperatriz, Maranhão, established by Provincial Law No. 398 on August 27, 1856. The gathered data will serve as the basis for the creation and organization of the future parish museum, which may foster religious and historical tourism, promoting the appreciation of local heritage. The initiative began in 2022, during the celebrations of the 170th anniversary of the founding of Imperatriz and the 170th Santa Teresa d'Ávila Festival, the municipality's patroness, in response to the absence of historical sources in the parish archive. Thus, newspaper clippings, photographs, and documents from public and ecclesiastical collections were mapped. The preliminary analysis of the collected material enabled the identification of three main phases in the parish's history: the imperial period, the Capuchin Mission, and the diocesan history. The collected data aims to contribute to scientific, technological, cultural, and social dissemination, as well as to provide legal and historical testimony, sparking interest in the local history and ancestors of the city of Imperatriz.

Keyword: Imperatriz; Santa Teresa D'Ávila Parish; Religion; Memory; Documentary research.

A BUSCA POR INFORMAÇÕES HISTÓRICAS

É impossível falar sobre as origens da cidade de Imperatriz sem esbarrar na história da Paróquia Santa Teresa D'Ávila e na figura de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, cuja biografia está intimamente ligada à gênese política, social, cultural e religiosa deste que é o segundo maior município do estado do Maranhão.

A literatura histórica do município narra que Frei Manoel Procópio do Coração de Maria pertencia à ordem dos frades carmelitas, do Convento do Carmo da Bahia. Foi contratado em 1849 por Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Pará, para, junto a uma expedição, criar um Presídio Militar às margens do Rio Tocantins, a fim de auxiliar navegações e comunicações comerciais na área limítrofe com a Província de Goiás e aldear e estabelecer povoação no extenso “deserto” entre os territórios de Carolina e Cametá.

De acordo com Franklin (2005), a expedição organizada pela província paraense era composta por onze embarcações e muitos colonos. Saiu do porto de Belém no dia 26 de junho de 1849 sob o comando do tenente-coronel João Roberto Ayres Carneiro. Frei Manoel Procópio era o capelão que, aos 35 anos de idade, já possuía larga experiência na lida com tribos indígenas, o que era fundamental para o sucesso da missão, considerando que a região a ser colonizada era aldeada por índios muito arredios e valentes, como os krikatis e os gaviões, espalhados por toda a margem direita do Rio Tocantins.

Nos dois primeiros anos da missão, todas as tentativas de fixar a povoação nos territórios que margeavam o rio foram fracassadas. Logrou-se êxito apenas aos 16 de julho de 1852, quando Frei Manoel Procópio optou

por restabelecer a missão em um terreno plano e arenoso à margem direita do rio Tocantins, 60 léguas abaixo de Carolina, numa localidade regada por olhos d'águas e campos propícios para pastagem de animais. Barros (1996) destaca que o padre escolheu como núcleo o espaço da atual Pracinha da Meteorologia e adjacências. Ali, de forma rudimentar, construiu-se uma igreja e, no entorno, as casas dos primeiros moradores. Estava fundada, sob os auspícios de Teresa de Jesus, a Povoação de Santa Teresa.

Quatro anos mais tarde, a Paróquia Santa Teresa D'Ávila foi criada oficialmente pela Lei Provincial Nº 398 de 27 de agosto de 1856, ratificada pelo documento canônico de ereção da freguesia de Santa Teresa da Vila Nova de Imperatriz, aos 18 de maio de 1859, assinado pelo bispo do Maranhão, Dom Manoel da Silveira.

Apesar do início da missão católica remeter à fundação de Imperatriz, as referências bibliográficas conhecidas pouco se debruçam sobre os acontecimentos religiosos que se sucederam a partir da segunda metade do século XIX. Os arquivos paroquiais, por longo tempo, estavam limitados à preservação dos livros de assentos de batizados e casamentos. Para entender a história da Igreja, seria necessário consultar outras fontes de informação preservadas em lugares de memórias já estabelecidos.

No intento de alcançar tal objetivo, foram mapeados recortes de jornais, fotografias e documentos de acervos públicos e eclesiásticos que ajudam a recompor as principais fases da história da Igreja Santa Teresa D'Ávila em Imperatriz. A iniciativa partiu das discussões de uma comissão formada pela paróquia em 2022, tendo em vista as comemorações dos 170 anos de fundação da cidade e o 170º Festejo em honra à padroeira do município que ocorreram naquele ano. O resgate

da memória e a necessidade de se criar um museu paroquial são ideais que norteiam a continuidade da pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, dada a importância de se preservar a história e a identidade desta comunidade religiosa pioneira.

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Falar sobre memória é, portanto, discutir comunicação. Comunicar pressupõe alguma forma de interação entre os seres humanos. A espécie humana se distingue das demais pela capacidade de estabelecer processos comunicativos diversificados que abarcam o emprego de códigos e tecnologias, permeados por visões de mundo e relações de poder. Muito além de troca de informações, somos capazes de construir narrativas por meio de imagens ou textos – falados e escritos –, instaurando modos específicos de registrar, codificar, lembrar, transmitir e produzir memórias. É o que explica Lévy (1998), ao destacar que o uso da técnica foi fundamental para que as comunidades primitivas conseguissem construir tempos mais rápidos e violentos do que os das plantas e dos animais. Isso ocorreu devido à disposição de importantes ferramentas para produzir e modular o tempo, como a memória, através dos processos mnemônicos, e a linguagem, inicialmente expressa pelas pinturas e inscrições rupestres.

Na visão de Flusser (2007), a comunicação humana é, portanto, inatural ou contranatural, diferente dos sons e gestos produzidos na natureza, como o canto dos pássaros, por exemplo. “A comunicação humana é um processo artificial. Baseia-se em artifícios, descobertas, ferramentas e instrumentos, a saber, em símbolos organizados em códigos. Os homens comunicam-se uns com

os outros de uma maneira não natural” (Flusser, 2007, p. 87). O homem, conforme o autor, é um animal que descobriu truques e manipulou meios para reter informações, sendo estas grandes características da sua espécie.

Registrar os acontecimentos do seu entorno é uma prática que vem sendo adotada pelo homem desde os tempos primitivos, que se aperfeiçoou com a invenção da escrita e, posteriormente, com surgimento dos primeiros jornais impressos. Os “truques” para reter informações possibilitaram a materialização da memória no espaço e no tempo. Neste sentido, revisitar a produção noticiosa, por exemplo, constitui-se como um caminho de pesquisa possível capaz de nos revelar importantes elementos para compreensão do passado. Franciscato (2005) argumenta que narrar o cotidiano é promover recortes do tempo presente, o tempo no qual se processam as ações humanas. É esse tempo que marca e define a produção das notícias.

Assim, a comunicação jornalística, conforme Canavilhas (2004), além de ajudar os sujeitos a se situar no seu tempo de existência, também pode ser compreendida como unidade de memória. Ribeiro (2013, p. 77) lembra que “o jornalismo não só retrata os fatos considerados mais relevantes, mas também os registra, legando às sociedades futuras um testemunho sem igual. A mídia é um dos mais poderosos agentes de memória do nosso tempo”.

Além dos processos comunicativos e seus rastros gerados, outros caminhos viáveis para o saber de tempos de outrora passam pelos museus, arquivos públicos e bibliotecas. Esses espaços são, por essência, o que Pierre Nora (1993) nominou como lugares de memória, por servirem de estímulos para memórias individuais e coletivas. Os lugares de memória podem ser, simultaneamente, ou não, concre-

tos, abstratos ou simbólicos. A sociedade necessita desses ambientes para abrigar o registro de eventos. Numa época tão voluntariamente produtiva de arquivos como a nossa, os lugares de memória são criados do sentimento que não há memória espontânea, “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13). Para o autor os lugares de memória cumprem a função de bloquear o trabalho do esquecimento, ao fixar um estado de coisas, materializar o imaterial e reunir o máximo de sentido num mínimo de sinais.

A igreja é, assim, também um lugar de memórias, quando estabelece ritos que se repetem e transpassam gerações, perpetuando crenças e convicções religiosas, ou quando documentam em livros o registro de uma nova criança batizada ou de um casal abençoado pelo sacramento do matrimônio. A igreja, a exemplo da família, escola e trabalho, é também em sua essência um lugar constituído por quadros sociais, onde as memórias individuais se confluem com as coletivas. Como destaca Halbwachs (2013, p.38), “é na sociedade que as pessoas normalmente adquirem suas memórias. É também na sociedade que elas recordam, reorganizam e localizam as suas memórias”.

O ser humano é social e está em tal harmonia com os que o circundam, ao ponto de não conseguir perceber o ponto de partida de suas vibrações. “Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreendemos ao descobrir quem é seu autor e constatar que certas ideias não são nossas” (Halbwachs, 2013, p. 64). Por esse ângulo, não percebemos que somos um eco, onde a dimensão individual e a dimensão coletiva se articulam, com fronteiras tênues.

Contudo, para que nossa memória se alimenta da

memória coletiva é preciso que haja uma base comum. Halbwachs (2013) lembra que a pura apresentação de testemunhos coletivos não se impõe sobre a memória individual. Antes de tudo, é necessário que nossa memória concorde com a memória dos outros. Deve existir, deste modo, muitos pontos de contato no processo de reconstrução das lembranças. A negociação requer concordância. O sujeito deve se identificar com o grupo no qual está inserido.

Partindo deste pressuposto, para além das atividades paroquiais, reunir informações e recompor fatos históricos da igreja contribui para reforçar sentimentos de pertencimento entre os fiéis que integram tal comunidade. Aliás, são esses mesmos sentimentos que mantêm a coesão da paróquia desde sua fundação, pois, como grupo social, a instituição se sustenta devido aos alicerces que são coletivamente partilhados, seja na fé professada, seja nas vivências e experiências ali adquiridas.

O PROJETO “MEMÓRIAS DE SANTA TERESA”

Criado em março de 2022, o projeto “Memórias de Santa Teresa” visa a identificação de fontes históricas e a criação de um centro de memória paroquial formado por registros documentais, orais e iconográficos. O processo de levantamento e organização dos dados é coordenado pelo jornalista Antônio Carlos Santiago Freitas, sob supervisão do pároco da paróquia, padre Edmar Arnaldo Gonçalves.

A pesquisa teve como ponto de partida a localização dos prováveis lugares de memória que poderiam abrigar fragmentos de diversas épocas acerca do itinerário paroquial

da primeira igreja de Imperatriz. A análise documental se mostrou uma opção metodológica fundamental para o trato com as fontes. Conforme indica Moreira (2011, p. 271), “a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”.

No caso deste estudo, entre março de 2022 e abril de 2024, foram realizadas pesquisas: em acervos particulares; na Hemeroteca Digital Brasileira, acessando cópias digitais de jornais do século XIX; no Arquivo Público do Estado do Maranhão; e no Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo, em São Luís – MA. Apresentamos a seguir os principais resultados encontrados.

1) Hemeroteca Digital Brasileira: Utilizando no campo de busca do site as palavras-chaves “Povoação de Santa Thereza”, “Freguesia de Santa Thereza” e Villa Nova da Imperatriz”, registrou-se a ocorrência 166 textos com informações sobre acontecimentos políticos, sociais, econômicos e/ou religiosos na então povoação. A partir da leitura dos jornais, entre 1852 e 1900, foi possível estabelecer uma cronologia de nomeações e transferências dos primeiros padres que trabalharam em Imperatriz. A “galeria dos padres” é inédita, é fruto desse levantamento.

2) Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM): Sendo o maior acervo documental do Estado, oriundo do arquivo da Secretaria do Governo (1728-1914) e suas sucessoras (1914-1991) e dos Arquivos da Polícia Militar e Civil (1828-1976), além de acervos privados de interesse público e social, verificou-se nos inventários da instituição a existência de documentos oficiais de governo e da Arquidiocese de São

Luís cujo teor são de interesse da pesquisa empreendida. Entre os achados: um Livro Tombo, iniciado em 1909 e finalizado em 1910, que apresenta dados históricos sobre os primeiros 50 anos de atividade da paróquia, bem como o inventário de todo o patrimônio físico e financeiro da igreja; um livro de assento de batizados e casamentos (1908-1910); quatro correspondências dos vigários da freguesia ao presidente da Província do Maranhão – duas das cartas trazem relatórios da construção da primeira Igreja Matriz de Imperatriz; o documento de Ereção Canônica da Freguesia de Santa Teresa; e processos de admissão dos padres Domingos Elias da Costa Moraes, Balduino Pereira Maia e Malachias José Fernandes, sacerdotes que sucederam Frei Manoel Procópio.

3) Acervo particular da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo: No arquivo da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, em São Luís, estão reunidos os principais dados sobre a Paróquia Santa Teresa D'Ávila ao longo do século XX. São dois Livros Tombos escritos entres 1920 e 1937, narrando acontecimentos da vida paroquial e da cidade; proviões de párocos e padres colaboradores; folders dos antigos festejos; fotografias e biografias de todos os frades capuchinhos que trabalharam em Imperatriz, além de documentos diversos, relatórios, mapas da região e recortes de jornais.

4) Acervos particulares: No arquivo pessoal do Padre Tarcísio Cardoso (1948-2015), do pesquisador Fernando Cunha e na Biblioteca da Escola Santa Teresinha foram obtidas cópias de mais 600 fotografias. As imagens originais datam das décadas de 1920 a 1990 e registram edificações de templos, esculturas sacras, as primeiras ruas da cida-

de, personalidades da igreja e da política e ritos religiosos.

FASES HISTÓRICAS DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA

A partir dos achados diversos, a título de uma melhor compreensão sobre o conjunto de acontecimentos em dezessete décadas de existência, propõe-se que a história da Paróquia Santa Teresa D'Ávila seja dividida em três fases, a saber: 1) A igreja no período imperial; 2) A Missão Capuchinha; 3) e a história diocesana.

A **primeira fase** inicia em 1852 e se estende até a Proclamação da República, nos anos finais do século XIX. Esse momento é marcado pela forte relação entre Igreja e Estado que atendia aos interesses de ambos, algo previsto pela primeira Constituição brasileira (1824) que estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador e aos presidentes provinciais, por exemplo, era facultado o direito de preencher cargos eclesiásticos e os sacerdotes eram tratados como funcionários públicos, recebendo proventos do governo.

A criação da Paróquia Santa Teresa partiu de um ato governamental, por meio da Lei N. 398 de 27 de agosto de 1856, sancionada por Manuel Gomes da Silva Belfort, o Barão de Coroatá, então presidente da assembleia provincial do Maranhão. Esta lei criou a Vila Nova da Imperatriz e, em seu artigo 6º, estabeleceu a criação de uma freguesia, ou seja, uma paróquia. Apenas dois anos e nove meses depois, o ato foi confirmado pelo bispado maranhense com o devido processo de instituição canônica.

Outro fato de elevada importância está registrado no

auto do levantamento dos principais esteios da Igreja Matriz da então vila, documento redigido em sessão da Câmara de vereadores no dia 13 de abril de 1862. O projeto arquitetônico da edificação foi apresentado por Frei Manoel Procópio, cuja parte das obras foi financiada voluntariamente pelos primeiros vereadores. Consta no jornal Publicador Maranhense, de 23 de abril de 1869, que, ainda em fase de construção, o governo provincial maranhense nomeou uma comissão, composta pelo padre Domingos Elias da Costa Moraes e pelos senhores Pedro Alves Pinheiro de Lima e Juvino Herênio Álvares Pereira para se encarregarem de concluir a matriz. À época, o tesouro público provincial expediu ordem, colocando à disposição da comissão a quantia de 1:000\$000 réis, para despesas com as obras e outras necessidades da Igreja Matriz.

Figura 1 – Primeira Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila
(Década de 1920)



Fonte: Acervo Missionari Cappuccini Milano/ Imagem publicada pelo Museu Virtual de Imperatriz

As correspondências entre os padres responsáveis pela paróquia e o presidente da Província do Maranhão tratavam de assuntos diversos, para além das questões eclesiásticas. Se discutiam formas de garantir a segurança da vila, as condições para a educação de crianças, registros de escravos e adoção de conhecimentos e práticas agrícolas. Os padres eram também vinculados a movimentos partidários que disputavam o controle do poder na localidade.

Depois de Frei Manoel Procópio, missionário, a paróquia foi administrada pelos padres: Malachias José Fernandes, no período de 1859 e 1865; padre Domingos Elias da Costa Moraes, entre 1866 e 1875; padre Balduino Pereira Maia, de 1878 a 1890 e, numa segunda passagem, de 1893 a 1900; e Francisco Casemiro de Souza, entre 1890 e 1893.

Figura 2 - Imagem de Santa Teresa D'Ávila (1928)



Fonte: Acervo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila

Conforme o livro de tombo da paróquia, em março de 1900, com o falecimento do padre Balduino Pereira Maia, a paróquia ficou sem sacerdote responsável. Eram os primeiros anos da República e a Igreja Católica vinha se reestruturando para manter o funcionamento de igrejas e custear as despesas dos poucos padres existentes. Desta forma, a Igreja de Santa Teresa D'Ávila passou a ser assistida esporadicamente pelos padres João Batista Teixeira, vigário de Grajaú, e o Cônego Carvilio Pereira da Silva Luzo, vigário de Carolina. A atuação desses padres acontecia pelas chamadas desobrigas, espécies de viagens missionárias que procuravam atender comunidades desassistidas por religiosos.

Em outubro de 1902, a Vila de Imperatriz recebeu Dom Antônio Xisto Albano, Bispo do Maranhão, sendo a primeira visita pastoral de um chefe do bispado à região. A necessidade de mandar um vigário a essa parte da vasta diocese de São Luís foi o principal aspecto levantado na visita pastoral de Dom Francisco de Paula e Silva, em julho de 1908.

Assim, foi nomeado Cônego Eugênio Deslandes, vigário em comissão da Paróquia de Santa Teresa. Sua administração paroquial foi de janeiro de 1909 a fevereiro de 1910, quando, novamente sem pároco, a Igreja de Imperatriz passa a ser desobrigada pelos frades capuchinhos de Barra do Corda.

A missão dos Frades Menores Capuchinhos em Imperatriz inaugurou **a segunda** fase histórica da Paróquia Santa Teresa D'Ávila. No início do século XX, a realidade da Igreja Católica no Maranhão se caracterizava pela elevada falta de clero e por estruturas eclesiásticas precárias ou inexistentes. Imperatriz, por exemplo, vinha, há quase duas décadas, sem uma presença evangelizadora mais ativa e o templo da matriz em estágio de calamidade. Entre 1916 e 1922, a paróquia de Imperatriz foi desobrigada pelos frades Germano de Cedra-

te OFMCap e Ângelo de Vignola, que empreenderam alguns trabalhos de reforma na velha Igreja Matriz e procuravam atender as necessidades espirituais dos residentes da vila.

De acordo com Nembro (1957), o declínio progressivo do clero diocesano obrigou o bispo de São Luís a confiar aos religiosos o cuidado de freguesias no interior do Maranhão. Assim, durante tempos mais ou menos longos, as freguesias gravitam em torno das residências de Barra do Corda, Grajaú, Carolina, Imperatriz, Loreto, Riachão, S. Luiz Gonzaga (Ipixuna). Mirador, Santo Antônio de Balsas no aflgente homônimo do rio Parnaíba e até mesmo a muito distante Vitória do Alto Parnaíba no extremo sul do Maranhão.

Com a constituição da Prelazia de Grajaú, em 10 de fevereiro de 1922, confiada aos padres Capuchinhos Lombardos, uma nova realidade incide profundamente nos interiores diversos da parte ocidental do estado. O Livro Tombo da Paróquia (1920-1937) aponta os principais acontecimentos desta fase, com passagens marcantes do Frei Querubim de Carpiano e Frei Lourenço de Alcântara, registrando as tentativas de evangelização junto aos indígenas do território de Imperatriz, o empenho para a promoção de atividades sociais, os esforços para a construção de colégios católicos e a edificação da nova e imponente Igreja Matriz, entre 1935 e 1937, pelo frei Francisco Chiaravalle.

Figura 3 - Construção da atual Igreja Matriz (1936)



Fonte: Acervo Missionari Cappuccini Milano/ Imagem publicada pelo Museu Virtual de Imperatriz

A construção da rodovia Belém-Brasília, no fim dos anos 1950, provocou em Imperatriz um crescimento demográfico desorganizado. A Paróquia Santa Teresa D'Ávila passou a enviar padres desobrigados às muitas novas povoações que se estabeleciam na região. Frades como Frei Epifânio D'Abadia, Frei Ângelo Falomi, Arcádio Benzoni, Frei Gil, Frei Elias Baldelli, Frei Tranquilino Zanni, Frei Dário de Milão, Frei João Paulo e Frei Defendente são alguns padres que estiveram envolvidos nos direcionamentos das principais ações dessa fase. Com a recém-criada Prelazia de Carolina (1958) – elevada à diocese em 1979 – novas paróquias foram formadas, visando atender um contingente populacional em constante ascensão e demasiadamente necessitado de políticas públicas.

A missão capuchinha na Paróquia Santa Teresa D'Ávila

se encerra em dezembro de 1978, quando a igreja foi entregue aos primeiros padres diocesanos filhos da região, como narra o último Livro de Tombo da paróquia (1971-1979). E, rumo a uma **terceira fase histórica**, em pouco menos de uma década, foi criada a Diocese de Imperatriz (1987), com o desmembramento de parte do território eclesial de Carolina.

Dos sacerdotes diocesanos, no período de 1979 até os dias atuais, a paróquia registra passagens dos párocos: Pe. Francisco de Assis Sousa (1979), Pe. Lourenço Pereira de Sousa (1979 e 1988-1990), Pe. Felinto Elisio Correa Neto (1979-1982 e 2012-2017), Pe. Antônio de Pádua Pereira Silva (1981), Pe. Tarcísio Cardoso da Silva (1982-1988), Pe. Raimundo Pinto de Souza (1990-1998), Pe. Cícero Alves (1999-2002), Pe. Moisés Dias (2002-2006), Pe. Raimundo Nonato (2006-2012), Pe. Francisco Rodrigues (2017-2019), Pe. Edimar Arnaldo Gonçalves (2019-atual); e dos vigários: Pe. Edinaldo Melo (2012-2017), Pe. André Farias (2017-2019), Pe. Geraldo Brás (2019), Pe. Genésio Rodrigues (2019- 2024) e Pe. Reinaldo Castro (2024-atual).

Figura 4 - Primeira procissão fluvial de Santa Teresa D'Ávila (1982)



Fonte: Acervo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila

Nesta fase contemporânea ocorreu a introdução da procissão fluvial, a partir de 1982, nas festividades da Padroeira de Imperatriz, de modo que, anualmente, no dia 15 de outubro, os fiéis organizam embarcações e saem em procissão pelo Rio Tocantins, em alusão à chegada de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria com a imagem de Santa Teresa D'Ávila. Houve ainda na segunda parte da década de 1980 um grande esforço quanto à manutenção de costumes e tradições, além da preservação do espaço arquitetônico do templo, reconstituindo alguns traços originais da construção que foram alterados em reformas empreendidas na década de 1970, como as reconstruções do altar-mor da matriz (1983) e da Capelinha Bom Jesus da Rua XV de Novembro (1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de dados para criação e organização do museu da Paróquia Santa Teresa D'Ávila é, sem dúvidas, uma iniciativa que contribui com a democratização do acesso à informação e aos bens culturais e religiosos da cidade de Imperatriz. Na inexistência de um arquivo paroquial sistematizado, os registros da mídia impressa, de acervos públicos e particulares foram o ponto de partida para identificação e apreciação de um leque de documentos.

A pesquisa também se soma ao rico arquivo existente, cujos registros de batismo e casamento constituem importantes fontes de investigação das populações pretéritas, já que eram as únicas formas de identificar os moradores no período imperial. Agregadas ao futuro museu paroquial, as informações obtidas servirão em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultu-

ral e social, bem como do testemunho jurídico e histórico, despertando o interesse pelas “coisas” do passado, de suas localidades e dos antepassados da cidade de Imperatriz.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

CANAVILHAS, João Messias. **Internet como Memória**. BOCC, 2004. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=canavilhas-joao-internet-como-memoria.html. Acesso em: 14 nov. 2023.

FLUSSER, Vilém. O que é comunicação. In: CARDOSO, Rafael (Org.). **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **O Jornalismo e a Reformulação da Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais**. Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/147309229542103229423892634820623515117.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA:
De 1909 a 1910. Imperatriz.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA:
De 1920 a 1937. Imperatriz.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA:
De 1971 a 1978. Imperatriz.

PROVÍNCIA DO MARANHÃO. **Lei N. 398 de 27 de agosto de 1856.** São Luís, MA, 1856.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

NEMBRO, Metodio da. **I cappuccini nel Brasile: missione e custodia del Maranhão (1892-1956).** Milão: Centro di Studi Cappuccini Lombardi, 1957.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, PUCSP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís, Maranhão, 23 de abril 1869.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A memória e o mundo contemporâneo. In: RIBEIRO, Ana Paula; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória:** forças moventes do contemporâneo. São Paulo: Anadarco, 2013.

CAPÍTULO 4 - DISCUSSÕES ACERCA DA LITERATURA REGIONAL: UM PASSEIO PELAS CRÔNICAS DE IMPERATRIZ E SEUS INTÉRPRETES

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

<http://lattes.cnpq.br/2127722292747646>

<https://orcid.org/0000-0002-6011-9527>

cesarpolitika@gmail.com

João Batista Pereira Silva

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

<http://lattes.cnpq.br/8350346306747224>

<https://orcid.org/0000-0001-9422-7334>

joao.psilva@ufnt.edu.br

RESUMO: As narrativas sobre uma literatura regional são de fundamental importância para construir uma identidade local, sobretudo por meio dos relatos através do gênero crônica. Neste artigo possuímos como objeto de estudo as crônicas na cidade de Imperatriz, tendo como objetivo principal examinar a produção dos cronistas locais ao longo das décadas, com vista a compreender as suas formas de revelar a cidade por meio de seus escritos. Para efeitos metodológico, trabalharemos com a análise do corpus das crônicas buscando evidenciar a sintonia fina dos autores com as características da cidade. Como resultado da pesquisa, consideramos que as crônicas apresentam um forte vínculo sobre as especificidades regionais, especialmente, descobrindo a história e a geografia da região, bem como proporcionado a valorização das vozes literárias e a sua produção artística.

Palavras-Chave: Literatura Regional, Crônica, Cidade de Imperatriz, Vozes Literárias.

DISCUSSIONS ABOUT REGIONAL LITERATURE: A TOUR THROUGH THE CHRONICLES OF IMPERATRIZ AND THEIR INTERPRETERS

ABSTRACT: Narratives about regional literature are of fundamental importance for building a local identity, especially through reports through the chronicle genre. In this article we have as our object of study the chronicles in the city of Imperatriz, with the main objective of examining the production of local chroniclers over the decades, with a view to understanding their ways of revealing the city through their writings. For methodological purposes, we will work with the analysis of the corpus of chronicles, seeking to highlight the fine tuning of the authors with the characteristics of the city. As a result of the research, we consider that the chronicles have a strong link to regional specificities, especially discovering the history and geography of the region, as well as providing appreciation for literary voices and their artistic production.

Keywords: Regional Literature, Chronicle, City of Imperatriz, Literary Voices.

INTRODUÇÃO

Toda narrativa é, fundamentalmente, temporalidade passada ou presente, sucessão de acontecimentos que ocorrem a um indivíduo personagem, que deve agir num determinado espaço e contracenar com outros personagens. Ao lado disso, por menor, mais frouxo, ou menos incapaz que seja, o discurso narrativo sempre cria, inventa uma representação verossímil de mundo, o que significa que ela expressa também um imaginário e uma mentalidade, ou visão de mundo ou ideologia, esta última no sentido

comum do termo (Vicentini, 2008, p.187).

A literatura, enquanto manifestação intrínseca à experiência do existir humano, tem o poder de nos conectar com as mais diferentes demandas da vida. Uma literatura cujo papel não só reflete o mundo ao redor, mas também busca reconhecer e dar voz aos aspectos mais complexos da condição humana, que muitas vezes são silenciados ou esquecidos no cenário cotidiano. Nesse sentido, a literatura se faz necessária assumindo uma função crítica e reflexiva, atuando como uma ferramenta essencial para enriquecer o debate sobre temas e questões que compõem a realidade vivida, assim como às dinâmicas sociais, políticas, culturais e existenciais que nos cercam.

Conforme observa o poeta Fernando Pessoa (2006), a literatura tem o poder de mostrar que a vida, por si só, não é suficiente para compreendermos plenamente o que somos e o que muitas vezes enfrentamos. Isso posto, a literatura, tal como uma chave que abre um diálogo permanente com as mais variadas realidades e contextos, permanece ligada a determinado tempo histórico, espaço geográfico, cultura e *modus vivendi*. Todavia, uma definição pronta e acabada sobre ela, como sinaliza Perrone-Moisés (2016), em *Mutações da literatura no século XXI*, permanece em aberto, sobretudo na sociedade pós-moderna que se vive, permeada de indefinições e caracterizada por profundas transformações. Notadamente haverá sempre uma evolução da literatura em curso ao longo do tempo e em diferentes culturas, isso posto, a autora afirma que a definição de literatura é fluida e relacional, por conseguinte, depende do contexto histórico e cultural.

Dialogando com a importância da literatura no plano regional, há a necessidade que uma literatura produzida em uma determinada região do país também carregue os interesses e as intenções daqueles que dominam culturalmente determinada área geográfica, sendo, portanto, influenciada pela sua própria regionalidade (Haesbaert, 2010). Nessa mirada, devemos refletir com um olhar acurado acerca da literatura regional como um espaço que precisa ser melhor dimensionado e ocupado, uma vez que é constantemente mobilizado como uma arena em disputa, precisamente entre o local e global.

Nesse contexto sobre literatura regional, trazemos para a nossa discussão como objeto de estudo a cidade de Imperatriz e os seus escritores. Cartografando o espaço regional, salientamos que Imperatriz situa-se no Sudoeste Maranhense, denominado como região Tocantina, e sua importância espacial se deve pelo fato de ser a segunda maior cidade do estado do Maranhão, sendo notável a sua influência na economia, justamente em face da pujança nas atividades comerciais, industriais e do setor de serviços (Figueiredo *et al*, 2020). Além disso, o município se configura como um polo universitário, o que fortalece ainda mais seu papel como centro de desenvolvimento educacional e cultural da região Tocantina. Nesse cenário extremamente fecundo, a discussão sobre a cultura local adquire relevância, uma vez que os elementos culturais de Imperatriz são profundamente marcados por essa diversidade, sobretudo do capital humano

Logo, é possível observar que a reflexão sobre a cultura local não apenas reforça a identidade da cidade, mas também pode abrir portas para o surgimento de novas possibilidades no campo da arte e da educação, entre outras are-

nas que palmilham e se entrelaçam com a cultura da região. Nessa perspectiva, a discussão sobre literatura regional, podem se tornar estratégias interessantes no processo de valorização de uma cultura que tende a evoluir ao longo do tempo. Dentre os vários matizes da literatura, justificamos a importância de trabalhar neste artigo com o gênero crônica em virtude da potencialidade que essas narrativas trazem por meio de seus relatos.

Mediante o delineamento exposto e as conexões frondosas entre cultura regional e literatura, temos como objetivo principal deste artigo examinar a produção dos cronistas locais de Imperatriz/MA ao longo das décadas e sua forma de revelar a cidade por meio de sua lavra escrita. Para efeitos metodológicos, trabalharemos com a análise do corpus das crônicas buscando evidenciar a sintonia fina dos autores com as características da região, especialmente, descobrindo sua história e a geografia da cidade valorizadas nesse gênero literário. Ainda, para um melhor refino das análises, dividiremos o artigo nos seguintes momentos: 1) discussões teóricas sobre o conceito de literatura regional e as conexões com o gênero crônica; e, 2) por fim, discorreremos sobre as produções e seus cronistas, de modo a compreender a tessitura e, conseqüentemente, visualizar a cidade que se descortina por meio desse modelo de escrita.

A literatura regional e suas potencialidades: discussões teóricas à guisa de diálogos

Literalizar uma região implica representar: 1. Um conjunto de valores compartilhados por um grupo de habitantes de um mesmo território; 2. as formas de vida cotidiana

que identificam uma comunidade; 3. Um passado histórico e 4. as atitudes, tradições, costumes, símbolos e crenças comuns a um grupo humano (Arendt, 2015, p. 123).

Conhecer e valorizar uma literatura produzida por autores locais, tanto os da antiga geração quanto os da nova safra, proporcionam conhecer melhor determinada região através de seus romances, contos, crônicas, poesias ou outra forma literária. A partir dessa perspectiva, há a possibilidade de excelentes descobertas, assim como novas experiências culturais que poderiam ser exploradas mediante ricas histórias a serem compartilhadas por meio da escrita.

Para Candido (2021), os componentes de uma obra literária, sempre inserida em um contexto social e histórico específico, são influenciados pela posição do autor dentro da sociedade, diretamente correspondente a sua capacidade de articular seus escritos com o mercado editorial e os demais *players* que compõem a cena da literatura. Nessa empreitada, consideramos que o texto literário não é apenas um produto individual, mas um reflexo das interações sociais, dos valores e das perspectivas do próprio autor, bem como dos leitores que se abrem para conhecer determinados gêneros bibliográficos mediante a formação do hábito leitor.

No campo da sociologia da literatura, Antônio Candido posiciona o ato de produzir literatura como um direito fundamental do autor, vinculando a criação literária como um exercício de liberdade. Ao afirmar que a literatura é um direito, o autor destaca a importância de que todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou contexto, tenham a possibilidade de expressar suas experiências e de

participar do espaço literário. Dialogando com o campo da literatura regional, podemos considerar que a produção de uma literatura regional ganha uma dimensão social e política significativa, tanto para quem escreve quanto para quem absorve os textos escritos.

Assim, fazer literatura em determinada localidade ou região não é apenas um ato artístico, mas uma forma profunda de resistência e afirmação, uma vez que o autor, ao colocar sua visão sobre o lugar que habita ou que conhece intimamente, se posiciona no epicentro de um debate fundamental: o direito de escrever, de publicar, de ser lido e, principalmente, de ter histórias, tradições, vivências reconhecidas e valorizadas dentro do seu ethos regional. Ao fazer isso, conseqüentemente, o escritor assume um compromisso com sua terra e seu povo, por conseguinte, oferecendo uma voz para muitos personagens, que muitas vezes foram silenciados ou ignorados.

Nesse contexto, a literatura regional emerge como uma ferramenta crucial não só para narrar e preservar as lutas de uma comunidade, mas também para se afirmar como um campo de resistência cultural extremamente vinculadas ao espaço do seu nascedouro. Pois, ao dar visibilidade para histórias locais, o autor regional reflete e propaga a riqueza de suas tradições, suas relações sociais e suas formas de ver o mundo. Desse modo, a literatura passa a ser um instrumento de preservação de uma memória coletiva (Halbwachs, 2011), justamente quando fala da partilha de uma memória ancestral e de um passado comum. Ao mesmo tempo, esse autor regional se posiciona, por meio da escrita, com um porta-voz contra os processos de homogeneização cultural promovidos por forças exógenas que tentam massificar a sua cultura local.

Cumprindo esse papel de ser portadora da memória coletiva de uma região, a literatura regional serve como um meio de reafirmar o pertencimento e a singularidade das comunidades, destacando suas particularidades e desafios, igualmente, suas conquistas e riquezas culturais. Também, ao abordar questões próprias de uma região específica, a literatura regional se insere de maneira mais ampla nas grandes discussões sociais e políticas do país, haja vista consegue capturar e trazer à tona questões de desigualdade, de marginalização e de poder - discussão candentes que, reiteradamente, são silenciadas nos discursos dominantes.

Dessa forma, a literatura regional se revela como um poderoso meio de resistência, do mesmo modo, como uma chave para entender as complexas interações entre o local e o global. Além disso, essa literatura torna-se uma via para que as vozes de diferentes regiões subalternizadas sejam ouvidas e respeitadas dentro do vasto mosaico cultural que constitui uma nação.

Reflexões sobre a cultura da cidade por meio da escrita dos seus autores: crônicas de Imperatriz

A mitologia grega atribui o termo *chronikós* ao deus Chronos, que personifica o tempo; e, no latim, esse conceito é associado a Saturno, uma figura também relacionada ao tempo e à longevidade, sendo descrito como “saturado de anos”. A partir dessa associação, surge o vocábulo crônica, que em tempos pretéritos fazia referência a uma narrativa ou relato de eventos históricos.

Assim, a crônica se estabelece como uma forma lite-

rária com a proposta de relatar o que aconteceu, contudo, sem necessariamente buscar entender ou explicar os contextos mais profundos dos eventos (Moisés, 2017). Ao longo da maturação do conceito, esse gênero literário foi se adaptando e se transformando *pari passu*, assim como incorporando outros elementos. Nesse percurso, a crônica adquiriu um formato flexível, abordando desde situações triviais até questões mais reflexivas, sendo marcada por sua linguagem acessível, por vezes, coloquial e com humor.

No Brasil ela [a crônica] tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu. Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia - políticas, sociais, artísticas e literárias. Assim eram os da seção “Ao correr da pena”, título significativo a cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o Correio Mercantil, de 1854 a 1855. Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje (Candido, 2003, p. 15).

No tocante às crônicas de Imperatriz, por exemplo, suas produções exemplificam bem esse modelo. Embora algumas narrativas compartilhem o relato do passado com vista a registrar um mito fundador da cidade e determinados eventos cristalizados no tempo, as histórias vão além de uma simples narração de fatos, haja vista são crônicas que

carregam leveza e que convidam o leitor a refletir sobre as experiências vividas pelo povo de Imperatriz. Ou seja, elas não se limitam à simples observação temporal dos eventos, pois revelam também as relações sociais e os processos de transformação que moldaram o processo formativo da cidade, igualmente, as características dos seus habitantes num processo dialético de conflitos e acomodações/ajustes com a cidade.

Dessa forma, as crônicas imperatrizenses refletem a continuidade e a permanência do tempo em suas narrativas, visto que a história da cidade está contida nas palavras desses cronistas. Da mesma maneira, ilustram como as histórias locais podem ser ressignificadas à medida que os autores se posicionam politicamente e socialmente, consequentemente, ampliando o significado e a relevância do gênero para além da simples narrativa cronológica. Assim, tais crônicas não só documentam o passado e o presente da cidade, mas também contribuem para a construção de sua identidade literária e cultural, porquanto revelam de forma latente as tensões e as conquistas de uma comunidade em constante evolução.

Ao analisar as crônicas locais, verificamos que o fazer artístico-literário oferece novos olhares sobre a vida e o mundo citadino. Albuquerque (2021) dialogando com a perspectiva freiriana, descreve que esse modelo seria um rasgo literário capaz de manter os pés no chão e os olhares voltados para o mundo, logo, evidenciado que crônica proporciona ao leitor também uma leitura que explora o cotidiano e o instante vivido. Nesse formato, nas mãos de um hábil autor, esta magia da recriação e da recontagem dos acontecimentos ganham novas impressões, na medida que estabelecem um diálogo cativante por meio da arte local.

Portanto, ao contar suas histórias, o cronista não apenas transmite acontecimentos, mas se torna um intérprete da sua cidade ou região, construindo, por meio das palavras, uma representação única daquilo que está sendo vivido. Nesse exercício da escrita, longe de ser algo corriqueiro ou trivial, configura-se como um serviço de grande relevância para a preservação da memória e da história de um povo, visto que oferece uma visão intimista e detalhada das realidades regionais. O cronista não apenas narra, mas, por meio de suas crônicas, contribui ativamente para a construção da memória coletiva e da identidade cultural de sua comunidade.

O cronista é o contador de histórias; sua grande vocação é transformar o seu “eu” em pesquisa de linguagem, em impressão lírica associadas à representação do real numa perfeita sintonia entre forma e digressão interior. A economia do enunciado une-se ao extravasamento do conteúdo, quando a crônica denuncia as várias maneiras de o homem expressar o mundo (Martins, 1984, p. 22).

Considerando a autoria e as subjetividades, as particularidades presentes no regionalismo se traduzem muito na realidade sociopolítica e geográfica que performam os aspectos da singularidade do espaço. Isso posto, para fazer o passeio sobre as crônicas produzidas em Imperatriz abre-se a possibilidade de se contar uma história significativa, reconhecendo a importância dos autores das crônicas, assim como a memória local, a identidade e subjetividade de um povo. Nessa trajetória, as crônicas estão vinculadas diretamente ao chão que os abriga, sob o qual se identifica as suas

expressões de vida, cultura, valores e memória compartilhada.

Incluímos nesse fértil cenário, portanto, as crônicas produzidas em Imperatriz, marcada por diversas abordagens e formas de narrar o espaço local. Ou seja, essas narrativas de Imperatriz possuem, neste caso, um forte vínculo com as especificidades locais e uma expressiva inserção dentro de um contexto regional. Nesse sentido, devemos registrar que ela se materializa num regionalismo que não só reflete a geografia e a cultura da cidade de Imperatriz, mas também aponta as tensões sociais, políticas e históricas que a marcaram desde o seu nascedouro. Igualmente, por meio da análise das crônicas, destacamos com muito vigor o sentimento tofílico (Tuan, 2003) de pertencimento a essa realidade geográfica e política, conferindo uma certa singularidade e proporcionando um diálogo diretamente com as experiências dos leitores.

Na cidade de Imperatriz, realçamos haver uma gama grande de escritores que se dedicaram às crônicas, sobretudo para contar histórias de um passado não muito distante. O legado literário desse passado ainda repercute na cidade, por exemplo, quando evidencia nomes como 1) Adalberto Franklin, 1962-2017, escritor, editor, cronista, jornalista e historiador, com forte atuação nas ciências sociais; 2) Edelvira Marques de Moraes Barros, 1930-2007, professora, historiadora e escritora, que escreveu a obra *Eu, Imperatriz* (1972), de notável conteúdo histórico e estético; 3) Jurivê de Macedo, 1930-2020, jornalista e cronista, conhecido por sua coluna diária *Comentando os Fatos*, publicada por 40 anos; 4) Vito Milesi, 1931-2001, professor, teólogo, filósofo e cronista, italiano naturalizado brasileiro, que contribuiu nestas terras por mais de 50 anos.

Partindo do foco desses autores, ainda podemos enfatizar a existência de inúmeros outros cronistas, cuja lavra escrita reflete o semblante da região. Ou seja, a atuação dos cronistas citados, permite evidenciar as referências regionais, uma vez que as suas obras estabelecem um olhar profícuo entre os seus escritos e a realidade vivida em Imperatriz. Tal conexão, por conseguinte, proporciona que o perfil de cada um deles reflete uma diversidade criativa e que enriquece o cenário literário. Dessa forma, cada cronista, com abordagem particular, contribui para a construção de um tramado literário multifacetado, consequentemente, ampliando o repertório e as possibilidades de interpretação do público leitor.

Como era de se esperar, esse processo literário se configura como uma oportunidade para que o leitor se identifique com os diferentes modos de olhar sua cidade - até mesmo refletir sobre suas vivências particulares. A variedade de estilos e temas permite, obviamente, que cada indivíduo se aproprie da obra de acordo com suas próprias expectativas e experiências, tornando a crônica um espelho do seu próprio ser e de sua realidade. Assim sendo, ao ler essas crônicas, o leitor é provocado a refletir sobre seu entorno, igualmente, a encontrar significado nas experiências descritas e a questionar valores. Em síntese, são essas interações que tornam a crônica uma interessante ferramenta de análise e reflexão, proporcionando, porquanto, trazer por meio da escrita um manancial de experiência e visões sobre a cidade de Imperatriz.

Um passeio pelas crônicas: explorando textos e experienciando compreensões acerca do espaço

Buscando demarcar o seu passado, podemos analisar a construção da história de Imperatriz nas três crônicas de Edelvira Marques de Moraes Barros, presentes em seu livro *Eu, Imperatriz* (reeditado pela AIL e AML em 2012). Embora crônicas trazidas para análise são longas citações, todavia, torna-se extremamente importante a sua transcrição para compreendermos acerca do mito fundador da cidade, fazendo com que essas três crônicas se entrelaçam numa espécie de trilogia do nascimento da comunidade imperatrizense. A primeira crônica é intitulada *A Chegada dos brancos* – cuja descrição provoca imagens no leitor sobre a realidade de outrora; a segunda, *Meu encontro com Frei Manoel Procópio* – falando das peculiaridades da chegada do religioso e marcando uma data, como referência histórica; e, a terceira crônica, *Nova vida* – descrevendo as primeiras ações do Frei Manoel Procópio, o qual ganha uma centralidade na gênese de Imperatriz.

Crônica: A Chegada dos brancos

Tardezinha.

O sol, qual um disco de ouro, sumia no horizonte refletindo-se nas águas mansas do rio.

Grupos de índios banhavam-se despreocupados.

De repente, silêncio!... Atônitos, eles viram canoas subindo o rio. Eram canoas diferentes, tripuladas por gente desconhecida.

Correram, esconderam-se.

Chegava Frei Manoel Procópio do Coração de Maria e com ele dois cidadãos com suas respectivas famílias. Eram eles: Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva. Para guarnecê-los, trouxeram quatro soldados.

Sua missão era fundar uma povoação em território paraense, bem próximo dos limites com a província do Maranhão, onde houvesse índios a catequizar (Barros, 2012. p. 28).

Crônica: Meu encontro com Frei Manoel Procópio

Os brancos dormiram nas canoas. O dia amanheceu brumoso, o rio encoberto pela cerração. O sol, elevando-se, dissipou as névoas e dentro em pouco tudo era claridade. Então o padre subiu o barraco, foi às aldeias; viu os olhos d'água, o campo e a mata.

Gostou. Acreditava-se em terras paraenses, e tudo mais enquadrava-se nos planos do seu chefe, conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, o então presidente da província do Pará.

Era dia 16 de julho de 1852.

Resolveu ficar. Procurou contatos com os índios. Fez trocas de presentes. Os selvagens não reagiram (Barros, 2012. p. 29).

Crônica: nova vida

Frei Manoel Procópio era devoto de Santa Teresa d'Ávila

e trouxe consigo uma imagem da santa.

Dedicou a ela uma capelinha nas imediações da atual Casa de Saúde São Vicente de Ferrer.

Era uma construção rústica, coberta de palha, como rústicas eram as moradias dos pioneiros que se agrupavam em volta dela.

Houve missa e consagração da nova terra à Virgem D'Ávila. Em sua homenagem, recebi a denominação de povoação de Santa Teresa!

O padre tratou logo da catequese dos índios, deu início à lavoura e à abertura de estradas e de outros pequenos melhoramentos.

Para mim, nova vida começava (Barros, 2012. p. 30).

Conforme podemos depreender dos relatos, além do nascimento do povoado, a autora ainda demarcava a forte religiosidade da comunidade, pois trazia para o relato a importância da Santa Teresa D'Ávila, que chegou a ser a padroeira da cidade. Nessas narrativas, conseguia capturar além dos elementos históricos, o rico elemento religioso que venho dar os contornos da devoção da cidade com a sua santa padroeira.

Na mesma toada, procurando salientar tempo e espaço, apresentamos outra crônica que versa sobre os aspectos geoambientais sobre a lavra de Agostinho Noleto. Na crônica intitulada *Portal da Amazônia*, identifica-se uma escrita que fala acerca do epíteto criado para Imperatriz, a partir de seu contexto geopolítico do início dos anos 1970. Nessa narrativa, o autor convida o leitor a prosseguir sua intrínseca experiência de leitura e descobertas. O título *per se*, reflete certa dose ufanista-ideológica, símbolo que do que faria parte de uma “identidade” imperatrizense.

Crônica: Portal da Amazônia [fragmento]

[...] A coisa pegou e daí para frente tudo tinha o slogan da moda. Às vezes, deturpam a criação com um vulgar portão que muda a ideia, o sentido da frase, o alcance da referência amazônica. Não somos o portão, o tapume, o impedimento para a entrada na Amazônia. Somos, sim, o portal, a entrada, o pórtico, as colunas por onde se passa para adentrar à fabulosa hiléia brasileira.

Portal é uma idéia-símbolo de fácil assimilação e representação. Um grande e majestoso arco estilizado, por exemplo, construído em aço e concreto sobre a rodovia Belém-Brasília, simbolizaria a energia pré-amazônica, perfazendo a força criativa do povo que aqui, no Portal da Amazônia, edificou nesses cento e quarenta e cinco anos a maior metrópole do interior amazônico, uma grande civilização que, no futuro, com certeza, se lembrará, com orgulho, de seus pioneiros construtores (Noleto, 2015, p. 45,)

De acordo com a análise, a crônica de Agostinho Noleto ainda possui esse caráter apoteótico/fundador da cidade, dando a magnitude da importância de Imperatriz no mapa geopolítico nacional, enfatizando as questões do bioma e sua relevância. Também, destaca a construção da Belém-Brasília, rodovia que venho rasgar a cidade e trazer o progresso em face do fluxo de novos moradores que afluíram para a cidade em virtude da estrada, que todos esperavam trazer junto um futuro promissor almejado pela leva de imigrantes que aportavam em Imperatriz na busca de uma nova vida (Franklin, 2008).

Contudo, não era só de relatos ufanistas que palmilhavam as crônicas quando se reportava para o espaço local,

pois algumas narrativas anteviam os problemas que porventura Imperatriz poderia passar em face do mau uso da sua natureza, assim como os malefícios a longo prazo. Nesta sequência de textos escolhidos, temos o fragmento de crônica de autoria de Elson Araújo intitulada *Escassez de reciprocidade*, a qual articula alguns problemas de um passado não muito distante e seu reflexo perenes no tempo, bem como os desafios que o uso desordenado do bioma poderia causar. Ainda, mediante observação, podemos verificar o olhar bastante atento e sensível sobre a dinâmica da cidade e a majestosa presença do rio que margeia a região.

Crônica: Escassez de reciprocidade [fragmento]

A regra é que um filho, ou um pai, ou uma mãe, se amem mutuamente, numa relação de reciprocidade, com cada um zelando um com o outro, e juntos, cidade e cidadão, a contribuir com o crescimento e desenvolvimento de cada um. É lamentável que hoje sintam-se em Imperatriz a prevalência de uma acentuada escassez de reciprocidade com reflexos negativos em todo o organismo citadino. O que conhecemos como infraestrutura é o mais sentido, mas outros setores também são atingidos. Podemos, por exemplo, num futuro não muito distante, sofrer falta de água potável se não houver uma intervenção no cuidado com a fonte que nos abastece. Já são anos de maus tratos. Falo do Rio Tocantins. Os riachos (afluentes) que ali desagüam, se transformaram em valas de esgoto e já estão praticamente mortos. Para lá também o acorrem, os refluxos humanos e não humanos, sem qualquer tratamento. Ruim para a saúde do rio e da população, trágico para as gerações futuras (Araújo, 2023, s/p).

Essas crônicas refletem a natureza da região, descontinando a opulência do bioma com seus rios, florestas e toda a abundância da geografia física em sintonia - na maioria das vezes em conflito - com o processo de ocupação urbana desenfreado, que transformara uma cidade pacata até meados dos anos 1950 num polo regional (Santos; Silveira 2001), sobretudo na viragem do século XX com um progresso que não logrou em qualidade de vida para a cidade e seus moradores.

A crônica que destacamos na sequência é de autoria de Edmilson Sanches, escritor, contista, cronista, caxiense, que adotou Imperatriz como seu espaço de vida e de produção literária. A crônica *Imperatriz, Majestade* apresenta uma abordagem poética da cidade de Imperatriz, desafiando o leitor a se conectar com a história contada em verso. Conforme podemos ver abaixo, dialoga com maestria sobre os aspectos ambientais e antrópicos da sua formação, demonstrando a relação intrínseca do homem e da natureza.

Imperatriz, majestade

Sua majestade, Imperatriz. Flor da Amazônia, vitória-régia.

Grande incultivada e bela.

Imperatriz. Cidade de antônimos. Pólo de concentração e dispersão.

De importação e exportação. Imigração e emigração. Desejo e decepção.

Imperatriz anfíbia: Nordeste e Amazônia. Sol e água. Seca e selva.

Areia e relva. Sofá e sela. Porta e porteira. Pórtico e cancela. Mansão e palhoça. Carro e carroça. Asfalto e roça.

Misto de trabalho e desemprego, de produção e carência, de oferta e procura, desperdício e fartura, resultado

de seus contrários, pastel de paradoxos, Imperatriz é o retrato ampliado de nossos acertos e imperfeições, virtudes e incompletudes.

Uma São Paulo no interior do Maranhão, todos nós brasileiros temos algo a ver com esta cidade – Imperatriz Majestade (Sanches, 2010. p. 117).

A partir desse breve passeio por algumas crônicas de Imperatriz, é possível perceber que, por meio do gênero crônica a cidade conta parte de sua história e também é expressa a sua configuração espacial, num processo extremamente dialético com a população que reside em Imperatriz e seu entorno, na visão particular do autor anterior, transformando numa “*São Paulo* no interior do Maranhão”. Ou seja, as crônicas se entrecruzam profundamente imersa em seus elementos característicos, portanto, vindo a formatar uma literatura com forte verniz local e regional, muitas vezes em duelo, com a realidade nacional/global, como se quisesse demarcar o seu espaço próprio e mantendo em distinção a sua importância.

Também podemos observar em suas histórias, que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, que as crônicas analisadas estabelecem pontes entre um passado e o presente, principalmente demonstrando os processos da formação histórica e o processo de chegada de inúmeros moradores oriundos de outras terras com o propósito de fincar raízes: como uma terra prometida, nos rincões sul-maranhenses (Franklin, 2008). Desse modo, a crônica de Imperatriz não pode ser dissociada desse processo de chegadas, recomeços e adaptações, vindo a formatar a construção de uma identidade local.

Sublinhamos, contudo, que essas identidades construídas não se configuram de maneira fixa ou imutável, nem se limita a ser definida por um conjunto estático de valores ou símbolos. Pelo contrário, ela se apresenta como um processo contínuo e dialético de transformação, especialmente quando analisada sob a ótica da construção da cultura e seus matizes (Hall, 2006). A identidade, nesse contexto, é fluida e dinâmica, sendo constantemente ressignificada através das interações entre o passado e as experiências vividas no presente. Assim como sofre os reflexos de um futuro que ainda está sendo moldado, melhor dito, sendo (re)construído a cada momento em resposta às mudanças sociais, culturais, coletivas e individuais.

Buscando as crônicas que versam sobre o período político mais contemporâneo, saindo do foco do mito fundador ou do deslumbramento do bioma amazônico, temos a escrita da lavra de Jurivê de Macedo, que carrega um tom coloquial e construído com acentuada sutileza. O autor narra um fato ocorrido por volta dos anos sessenta e contado nos anos oitenta. A narrativa nos convida aos fatos do cotidiano, demonstrando um tom de informalidade como se dava as relações políticas na cidade, especialmente a relação (e conflitos) com capital (São Luís/MA) e interior (Imperatriz), no tempo que os gestores da cidade procuravam trazer para o ambiente regional gestores da capital maranhense para trabalhar na cidade, muitas vezes, esses arranjos eram contestados na cidade, conseqüentemente, dando lastro para situações hilárias.

Ainda, destacamos no texto as oralidades e o tom das expressões locais usadas pelo autor, como *“não quis deixar por menos”* e *“Amaral não perdeu o rebolado”*, as quais reforçam um caráter mais informal e coloquial da crônica. A

história é simples e tem um desfecho rápido, com o personagem Amaral Raposo e o prefeito, que o convida para assumir a chefia de gabinete da prefeitura. A conversa segue bem até a chegada da esposa do prefeito, que interrompe o diálogo e provoca uma reação inesperada de Amaral.

Crônica: Amaral Raposo

O velho jornalista era convidado de um prefeito local e veio assumir a chefia do gabinete deste. Desceu no aeroporto, passou pelo hotel já reservado, deixou a mala e foi se apresentar à autoridade. Conversava com o prefeito quando chegou a esposa deste. Ali mesmo foram feitas as apresentações e foi encerrada a carreira de assessor de Amaral Raposo. É que a esposa do prefeito não quis deixar a coisa por menos:

– Ora, Fulano, com tanto homem novo e bonito em São Luís e você me traz de lá um velho desses?!...

Amaral não perdeu o reboledo ao responder:

– Minha senhora, seu marido me trouxe para Imperatriz para ser assessor e não para ser reprodutor. Passe muito bem!

Voltou ao hotel, apanhou a mala e tomou um táxi para a estação rodoviária de onde retornou à capital (Macedo, 2023, s/p.)

Fechando os relatos, podemos atestar que as crônicas imperatrizense vão além de sua função meramente narrativa do cotidiano (ou de um passado cristalizado), pois ela se estabelece como um elemento crucial à construção e fortaleci-

mento de uma memória coletiva, do que ocorreu ou que ficou marcado no imaginário - mesmo em tom de galhofa, mas que se entrelaça com os processos históricos, sociais e culturais, por conseguinte, formando o *ethos* da cidade e de seus habitantes. Isso posto, podemos afirmar que esse conjunto de crônicas não só preserva a memória cultural de Imperatriz, bem como contribui para a construção de um imaginário coletivo que dialoga com o presente e projeta às possibilidades do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre as questões de regionalidade, a partir do referencial das crônicas imperatrizenses, podemos perceber que este gênero se configura como uma rica janela de possibilidades, sempre aberta ao entendimento e ao despertar de novas interpretações. Nesse espaço literário da cidade de Imperatriz, o cotidiano e a história são explorados de maneira singular, permeados de oralidade e com características próprias da linguagem do povo. Trata-se de crônicas cujo conteúdo jamais se limita ao simples relato de eventos do dia a dia, mas que oferece a perspectiva de uma leitura reflexiva e crítica da realidade, abrindo espaço em certa medida, para o entendimento do social, do econômico e do político em suas particularidades. O impacto desse gênero literário pode tornar-se extremamente significativo, pois reflete a influência de uma obra literária no desenvolvimento do pensamento crítico, haja vista gera discussões e interpretações que se expandem ao longo do tempo.

A partir do exposto, retomamos em tela o objetivo principal deste artigo, em que almejamos examinar a produ-

ção dos cronistas locais de Imperatriz ao longo das décadas e sua forma de revelar a cidade por meio de sua lavra escrita. Como resultado da pesquisa, constatamos, mediante fragmentos de alguns autores, que os cronistas da cidade conseguem fazer um excelente mosaico acerca da construção de Imperatriz, revelando desde um processo histórico formativo, passando pelo seu universo geoespacial e suas demandas em conflito com o progresso, até mesmo buscando estabelecer críticas de forma leve das relações políticas existentes na cidade, especificamente nas contendas entre capital e interior.

Ainda, conforme análise, observamos que a cidade em seus quase duzentos anos, por meio da escrita dos seus cronistas, procurou construir de modo contínuo uma busca da sua identidade, sendo palmilhado esse processo pela tentativa incessante de elaborar uma fisionomia para a Imperatriz, registrando o seu passado histórico formativo, suas características como Portal da Amazônia e a relação intrínseca do rio com a cidade, entre outras miríades de interpretação que recortam esse mosaico extremamente plural. De acordo com a leitura, cada um autor irá dar a sua coloração e um tom próprio acerca da região, sendo imprimida cores particulares mediante a interpretação que cada um tem acerca do lócus citadino. Igualmente, o leitor ao ler determinadas crônicas, vai capturando o que para ele é mais essencial acerca do universo espacial de Imperatriz, do mesmo modo, imprimindo o senso de pertencimento à região.

Em síntese, a literatura, por meio das crônicas produzidas em Imperatriz, reivindica esse espaço criativo e reflexivo, no qual experiências humanas podem ser revisitadas e ressignificadas pela escrita. As convergências frondosas por meio da crônica, com certeza, ampliam o horizonte do leitor, convidando-o a uma

compreensão mais profunda das situações vividas e das diversas possibilidades proporcionadas pelo prazer da leitura.

Concluindo, consideramos que os autores não lançam uma sentença acerca de qual a características ou peculiaridade mais importante de Imperatriz, pois deixam em aberto para os leitores tecer suas próprias considerações. Ou seja, os cronistas se prestam a contar faces de uma história regional, com um olhar arguto e detido sobre o espaço, mas que caberá a cada leitor/morador, ao se ver retratado, capturar o que for mais essencial para definir o seu sentimento de pertença para com a cidade, logo, imprimindo a importância das regionalidades/particularidades de Imperatriz para as suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targelia de Souza. **Os pés nos quintais e os olhos no mundo**: um menino chamado Paulo Freire. Recife. Cepe: 2021

ARAÚJO, Elson. **Universo aberto**. 1. Ed. Imperatriz. Estampa: 2021.

ARENDT, João Claudio. Notas sobre regionalismo e literatura regional: Perspectivas conceituais. **Todas as letras Z**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 110-126, 2015

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. São Luís: AML, 2012

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: **Para gostar**

de ler: crônicas. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

FRANKLIN, Adalberto. **História econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; RAMOS, Carmem Brroso; RODRIGUES, José. Siney Ferraz; FIGUEIREDO, Jean Pierr de Sousa Viana; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Vida, terra e minério: as histórias de vida dos moradores de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA em rede. **Revista Observatório**, v. 6, p. 1-27, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Maria Teresa de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Revista Antares** – Letras e Humanidades. Caxias do Sul. nº nº 3 – Jan/jun 2010

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACEDO, Jurivê. **Crônica Seu Nogueira** (1980). Portal Socultura. Disponível em: <https://jupiter.com.br/u/socultura/jurive.html>. Acesso em 02/05/23.

MARTINS, Dileta A. P. Silveira. **História e tipologia da crônica no Rio Grande do Sul**. 1984. Tese (Doutorado em Letras). PUC-RS, 1984.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

NOLETO, Agostinho. **O Portal da Amazônia: crônicas de terra e gente**. Imperatriz: Ética, 2015.

PELINSE, André Tessaro; ALVES, Márcio Miranda. A permanência do Regionalismo na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, v. 1, p. 1-13, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leila. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 10, n. 2, p. 187-196, 2008.

CAPÍTULO 5 - A FESTA DO DIVINO¹⁷ NO MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS-MA: MEMÓRIA E IDENTIDADE REGIONAL

José Siney Ferraz Rodrigues

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/0533670726814583>
sineyferraz@uemasul.edu.br

Carmem Barroso Ramos

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
lattes.cnpq.br/6006034481675187
carmembarr@uemasul.edu.br

RESUMO: O presente texto vem tratar dos resultados da pesquisa sobre a festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Montes Altos-Ma, de origem sertaneja que cultiva traços de uma rica sociodiversidade cultural. A metodologia utilizada foi baseada primeiramente no levantamento bibliográfico. No segundo momento iniciamos a entrada no Campo da pesquisa oral, o recurso da memória foi nosso carro chefe. Coletamos dados sobre a festa do Divino, a partir de entrevistas abertas com Dona Maria Ferreira, antiga moradora da cidade e organizadora de uma das festas populares que acontecem no município. Concluímos que as transformações culturais tecnológicas, em nível global, tendem a alterar ou extinguir estas festividades.

¹⁷ Essa temática foi desenvolvida durante a execução do projeto de pesquisa e extensão vinculado à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- Uemasul, intitulado: Cartografia das identidades socioculturais da região tocanina maranhense.

Palavras-chave: Festa do Divino; Diversidade cultural; Memória

THE DIVINE FESTIVAL IN THE MUNICIPALITY OF MONTES ALTOS-MA: MEMORY AND REGIONAL IDENTITY

ABSTRACT: This text discusses the results of research on the festival of the Divine Holy Spirit in the city of Montes Altos-Ma, a city of rural origin that cultivates traits of rich cultural sociodiversity. The methodology used was based primarily on bibliographical research. In the second stage, we began to enter the field of oral research, using memory as our main resource. We collected data on the festival of the Divine Spirit from open interviews with Dona Maria Ferreira, a former resident of the city and organizer of one of the popular festivals that takes place in the municipality. We concluded that technological cultural transformations, on a global level, tend to alter or extinguish these festivities.

Keywords: Festival of the Divine; Cultural diversity; Memory

1 INTRODUÇÃO

A ideia inicial da investigação foi mapear as manifestações socioculturais da Região tocantina maranhense, um tema de alcance ambicioso, pois a região contempla uma vasta diversidade cultural. Uma das primeiras dificuldades encontradas trata-se dos poucos registros em documentos e bibliografias acerca dos aspectos culturais locais. Dentro do campo científico e cultural o pesquisador utiliza todos os documentos que possam estar disponíveis, sendo de extrema importância para auxiliar no trabalho da investigação. Especificamente, o trabalho de campo seguido da pesquisa com a memória foi relevante.

Halbwachs (1990) se refere às memórias como construções dos grupos sociais. São esses grupos que determinam o que pode ser lembrado e os lugares onde essa memória é preservada. Então, é certo que a memória coletiva se baseia nas lembranças que cada pessoa traz enquanto participante de um grupo. No caso da pesquisa mencionada, as lembranças de dona Maria se ligam à diversas pessoas que ajudaram a fortalecer a tradição da festa do Divino.

As festas do catolicismo popular são muito difundidas e celebradas, no Brasil inteiro, apesar de que hoje observamos uma diminuição destes festejos diante do avanço das transformações culturais de contexto global.

No entanto, esses festejos seguem sendo celebrados, seja por uma promessa feita ao Santo para uma cura de uma doença ou continuação da tradição familiar. Podemos enumerar uma quantidade enorme de festas do catolicismo popular no Maranhão, como a festa de São José, Reis, São Gonçalo e outras tantas. Especificamente, a festa do Divino Espírito Santo¹⁸, está espalhada em todo Mara-

18 A Festa do Divino Espírito Santo é uma das mais antigas e difundidas tradições do catolicismo popular brasileiro. A origem dos festejos está ligada à data do Pentecostes, celebrado cinquenta dias depois da Páscoa. Em Portugal, o estabelecimento da Festa do Divino ocorreu ao longo do século XIV, quando a celebração foi instituída, sob a influência de costumes pagãos, pela Rainha D. Isabel (1271-1336). No Maranhão, o culto ao Divino Espírito Santo teve início com os colonos açorianos, portugueses e seus descendentes, que desde o início do século XVII chegaram para povoar a região. A partir de meados do século XIX, a tradição da festa do Divino começou a estar firmemente enraizada entre a população tornando-se muito popular entre as diversas camadas da sociedade. Como não era uma festa oficial do calendário cristão e, portanto, não havia sobre ela o controle rígido da Igreja, a comemoração adquiriu feições e características populares que resultaram no contraste entre momentos sagrados e profanos distribuídos ao longo das festividades.

nhão, sendo a mais proeminente, a da cidade de Alcântara, considerada patrimônio da religiosidade popular.

Em Montes Altos existem quatro famílias que organizam a festa do Divino: usamos como base para a pesquisa a festa de Dona Maria Ferreira de Carvalho, conhecida como Maria Pizanga. Ela inclusive mandou construir uma igreja própria, na rua principal da cidade, para suas festividades do Divino. A festa acontece no final do mês de maio, seguindo toda ritualidade característica, com novenas, cantos, missas, finalizando com um grande almoço e os cantos e dança do salambisco, elemento cultural que já não se pratica em outros festejos maranhenses. Após o salambisco, todos se dirigem a outra parte da casa para um grande almoço, feito a partir de doações feitas pelos próprios participantes.

Figura 1 - Igreja do Divino Espírito Santo



Fonte: Ramos e Rodrigues (2019)

Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/manifestacoes-culturais/festa-do-divino-espírito-santo>.

O planejamento do festejo se inicia vários meses antes, a comunidade se envolve de corpo e alma na organização e execução do evento, congregando sentimentos de alegria, devoção, gratidão e união.

O território que compreende o atual município de Montes Altos faz parte de um vasto espaço de fronteira, que vem sofrendo mudanças significativas, tanto de curta como de longa duração. Essas transformações ocorrem, principalmente, no modelo de ocupação e apropriação do espaço como propriedade, e na produção material, resultado da ação coletiva nas relações políticas e socioculturais dos indivíduos que ali habitam e fazem sua história.

Montes Altos, como espaço humanizado, pertence à categoria de um mundo modificado aos moldes das necessidades de homens e mulheres. Por isso, é importante analisá-lo, a priori, nas suas distintas formas de relações humanas com a cultura e natureza.

É importante salientar que não podemos entender o povoamento de Montes Altos como algo isolado, a partir de um contexto maior. Mais sim, como consequência de um acontecimento ligado a um contexto histórico que se esboça no processo de colonização brasileira pelos portugueses que trouxeram também sua cultura católica, sincretizada pela religiosidade popular nos lugares onde chegavam.

Em verdade, a ocupação do território montealtese é parte do processo de ocupação que se deu em todo o centro-sul e sudoeste do Maranhão, final do século XVII e XVIII, pelas correntes migratórias de povos nordestinos, mais notadamente baianos, cearenses e piauienses. No processo de migração esses grupos humanos trouxeram junto suas crenças sincréticas.

É importante salientar que antes dos migrantes nordestinos chegarem em Montes Altos, a cidade já era berço da população indígena da etnia Krikati e continua sendo.

2 A TRILHA DO TRABALHO DE CAMPO

O começo da pesquisa foi buscando o levantamento bibliográfico da temática em questão. Nesse tempo de leitura foi possível amadurecer as ideias e seguir o caminho que todo pesquisador percorre até a entrada na prática de pesquisa. O campo parece nebuloso quando ainda não encontramos nossos interlocutores.

As conversas e observações com a comunidade montealtense foram de suma importância para chegar em Dona Maria. Conversamos com um neto de dona Maria e ele nos falou que sua avó fazia a festa do Divino. Laços sedimentados, sentimos que o trabalho iria fluir. Então iniciamos as entrevistas com Dona Maria. Foram cinco entrevistas abertas, seguidas de registros fotográficos e em vídeos. O deslocamento para Montes Altos ocorreu nos finais de semana, foram cinco viagens ao município. Sendo que no mês de maio, momento áureo da festa, estávamos lá com mais frequência para participar junto com a comunidade. Paralelamente, nos concentramos em várias leituras que fundamentaram o trabalho de campo, nos ajudando a ver o mundo através dos olhos dos pesquisados.

O ato de compreender o mundo está ligado ao universo existencial humano, assim as abordagens qualitativas vão além de produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma

compreensão profunda de certos fenômenos sociais.

A leitura de Mirian Goldenberg (2005) muito nos ajudou nessa empreitada. Diz a autora que partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis puras e produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se, assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados.

Goldenberg (2005) indaga que devemos fazer a pergunta certa. Uma pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias. Não importa tanto o tema escolhido, mas a experiência de trabalho de pesquisa. O decorrer da pesquisa é a parte mais importante e não existe tema que seja tolo ou pouco importante. A pesquisa deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que servirão por toda a vida. A pesquisa tem por objetivo ser instigante, mesmo que o objeto não pareça ser tão interessante. O que o verdadeiro pesquisador busca é o jogo criativo de aprender como pensar e fazer o olhar científico.

3 A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM MONTES ALTOS CONTADA POR DONA MARIA

Para narrar sobre a festa do divino, em Montes Altos, recorreremos à memória de Dona Ma-

ria Ferreira Carvalho, organizadora e continuadora do festejo, que através das entrevistas abertas conhecemos mais sobre a celebração. Dona Maria conta que,

A realização da Festa do Divino ocorre a muitos anos na cidade de Montes Altos além de ser uma marca registrada da cidade. O festejo em Montes Altos foi iniciado por uma pessoa muito importantes, a fundadora da festa na cidade foi Dona Beliza.

Dona Maria parente de Dona Beliza continua seu relato sobre o início da festa dizendo que,

A mãe de Dona Beliza havia recebido umas terras na cidade de Montes Altos e que ela, dona Beliza também recebeu outra parte. A mãe havia ficado com bastante ciúme das partes dos terrenos que dona Beliza tinha recebido porque havia recebido hectares maiores de terra e dona Beliza aparentemente gostaria muito de sair da casa da mãe para poder viver a sua vida de maneira mais livre. De certo modo Dona Beliza consegue sair da casa de sua mãe, consegue um casamento, pouco tempo depois começa a morar com o moço com o qual se casara e a partir daí ela começa a ter filhos. Quando dona Beliza tem o primeiro filho, ele acaba morrendo e ela não se preocupa com a morte da criança no sentido de dar algum significado de castigo para morte da criança. Um tempo depois Dona Beliza volta ter outra criança e na ocasião a criança também morre, aí Beliza

passa a se preocupar com a causa da morte da segunda filha. Lembro que Dona Beliza havia sido escolhida para dar continuidade a festa do Divino, mas ela havia ignorado e seguia sem realizar o festejo.

Voltando à história da morte da segunda filha de Dona Beliza, este fato nos conecta com as variadas formas de crenças, sinais e sonhos de um povo, que condicionam as ligações premonitórias. Relembra Dona Maria que,

Um tio de Dona Beliza havia tido um sonho em que estava no céu e contava para ela que seus filhos haviam morrido porque ela não estava festejando o Divino. Pois ela já teria sido escolhida para realizar a festa do Divino e não teria aceitado. E não estava realizando. No sonho do tio de Dona Beliza, ele explicava que havia uma cobra dentro balaio, onde era usado para colocar roupas.

Vejamos que Dona Beliza fora escolhida para dar continuidade à festa do Divino, mas ela ignorou sua responsabilidade, somente se deu conta quando a segunda filha morre, dona Maria continua o relato,

Dona Beliza percebeu que havia sido um castigo, ela acabou adoecendo e fez uma prece pedindo para que se ela não morresse e se a outra filha dela que também estava doente não morresse ela ia festejar o Divino. A partir de então, daquele ano em diante fez suas rezas ao Divino.

Dona Maria segue nos relatando o começo da ligação de dona Beliza com o festejo,

Depois do episódio do sonho de seu tio ela começou a festejar, rezou terço e colocou as esmolas e falou que a partir de então fariam uma festa lá. Na época em que o festejo começou coincide com o período em que a sua família começou a morar em Montes Altos. E começou a construir uma casa no local onde residia. No mesmo ano Dona Beliza disse que não seria possível realizar a festa do Divino no dia em que havia feito a promessa. Segundo a tradição a festa deveria ser realizada no mesmo dia. Ela resolveu que rezaria apenas a trindade e na véspera da reza da Trindade, ela acabou caindo de uma rede, a corda cortou no meio. Ela viu isso como um castigo novamente por não ter realizado a festa do Divino no dia de sua promessa. Depois do episódio da queda da rede dona Beliza disse que nunca mais adia-ria sua reza. No outro ano novamente não deu certo para dona Beliza realizar o festejo no dia certo, pois na ocasião estava com um princípio de surdez. A reza mais um ano fora realizada por outras pessoas da família.

Para Gomes e Baptista (2016, p. 5) a religião dá sentido à vida do devoto, representando experiências, comportamentos e valores coletivos, em manifestações de alegria e fé, assim como nas festas religiosas em que crença se revela como válvula de escape para abrandamento das dificuldades da vida diária, quiçá, sentido para a existência humana. É, primordialmente, um mo-

mento de unicidade do povo. É o instante de revalorização e revalidação da cultura, representação simbólica do modo de vida em comunhão explicitado na cultura popular.

Retomando sua história Dona Maria relata a história de um padre da Igreja matriz da cidade que perseguia dona Beliza por causa do festejo do Divino. Outros padres participavam da festa, assim como as freiras, porém Aristide era o único que não gostava da festa, afirmava que se referia a uma festa mundana, pois tinha dança e arrasta pé. Ele só concordaria com a festa de Dona Beliza se o dinheiro da esmola fosse para a Igreja principal da cidade, mas, dona Beliza não aceitou.

Dona Maria contou que esse padre “batia o sino” para Dona Beliza. As batidas simbolizavam a morte. Igualmente este padre batia o sino para outra mulher que tinha uma boate. Em um certo dia, conta Dona Maria: Dona Beliza iria realizar sua reza e foi questionada por algumas pessoas se ela iria fazer isso, pois o padre estava tocando o sino. E ela respondeu que iria rezar sim, porquanto tudo de ruim voltaria para ele. Ela parou de rezar de noite e rezava ao meio-dia e as freiras da igreja fugiam para ir à reza dela.

Um dos capangas do padre avisou que as freiras da igreja estavam todas na reza de dona Beliza. O padre mandou buscar as freiras e as enviou para seus locais de origem,

19 Por que e quem os sinos tocam? Em muitas circunstâncias, quando o povo exulta ou chora, quando dá graças ou suplica, quando se reúne. O toque dos sinos assinala as horas do dia e da noite, os tempos de oração, a celebração da missa adverte os fiéis quando se dá um acontecimento importante que é motivo de alegria, como a entrada do novo bispo ou do pároco, ou de tristeza por ocasião da morte e dos funerais. Há toques para avisar que morreu um paroquiano, para especificar se era homem ou mulher, para convocar os fiéis, para anunciar que o cortejo fúnebre está a sair da igreja. Disponível em: https://www.liturgia.pt/questoes/questao_v.php?cod_quest=58, acesso em 12/12/2024

já tinha um carro pronto na porta da igreja para a viagem. Durante a viagem aconteceu um acidente numa curva, que hoje é chamada de curva do padre. Então o padre percebeu o acontecido como um castigo e resolveu trazer as freiras de volta, tendo que aceitar que elas (freiras e dona Beliza) festejarem o Divino Espírito Santo. O padre pediu para que uma das mulheres de sua igreja fosse chamar dona Beliza para ir até lá. Dona Beliza dizia que a mesma distância da casa dela para igreja era a da igreja pra casa dela. Um dia ela resolveu ir até a igreja e ao chegar lá o padre pediu desculpas por ter batido o sino da morte para ela.

Enfatiza Dona Maria que depois desses episódios o padre parou de bater o sino e pediu para dona Beliza que o deixasse celebrar uma Santa benção na reza dela. No dia da reza ele chegou e sentou bem no meio, rezou e celebrou a missa e ficou admirado com o modo como ela celebrava a festa (reza).

Quando dona Beliza morreu, dona Maria assumiu o festejo do Divino, no entanto, uma parte da família era contra: “ninguém da família a ajudava na realização da festa”. O frei de Montes Altos pediu para que a festa não acabasse, pois era muito bonita e acolhedora dentro da comunidade.

Antes de morrer, dona Beliza fez um pedido para que a caixa fosse batida quando ela morresse. Durante a festa do Divino a percussão da festa é ritmada pelas caixeiras, ou seja, as tocadoras das caixas, uma espécie de tambor. Diz dona Maria que uma pessoa ficou responsável por bater a caixa. Dona Beliza morreu com 85 anos e celebrou o festejo durante 45 anos. Em suas pesquisas sobre religiosidade popular maranhense, Ferretti (2005) aponta que a Festa do Divino apresenta duas peculiaridades. Primeiro, a presença marcante de mulheres, designadas de caixeiras, que tocam instrumentos musicais de percussão denominados Caixas

do Divino. As caixeiras marcam o ritmo do ritual, seja no cortejo ou durante as rezas nas casas das famílias devotas.

Figura 2 - Rezas na comunidade no dia do festejo.



Fonte: Ramos e Rodrigues (2019)

4 A FESTA DO DIVINO: HERANÇA FAMILIAR

Durante a entrevista, Dona Maria expressa claramente que dona Beliza foi escolhida para dar continuidade ao festejo do Divino, relutou, até perceber que era a atitude mais coerente. Após a morte de D. Beliza algum parente deveria assumir a festa, narrando essa história da festa do divino, Dona Maria diz como recebeu a missão de continuar o festejo,

Dona Beliza manifestou um desejo, antes de morrer. pediu para que a família continuasse o festejo. Uma das filhas disse que não iria continuar o festejo, assim como os demais irmãos. No entanto, eu tinha o desejo de continuar. Para minha surpresa a divindade²⁰ havia sido dada para outra pessoa e isso me desagradou muito. Iniciei uma briga para poder pegar a divindade e festejar. Me foi dito que não poderia ficar com a divindade, disseram: ‘você é uma pobre macaca, só tem a noite e o dia porque Deus deu de graça’, respondi: o festejo não foi feito pra ser realizado por ricos e sim por pobres.

20 A divindade representa a Pomba do Divino, bandeira e demais apetrechos de adoração das celebrações da festa.

Figura 3 - A Divindade, a bandeira e demais símbolos



Fonte: Ramos e Rodrigues (2019)

Essa história de Dona Maria é cheia de provações. Diz ela que, um dia, um homem veio até sua casa para tomar o documento de seu terreno e casa de moradia. Na ocasião ela foi ameaçada de faca, aí foi até a delegacia chamar a polícia. Ela fez uma promessa de construir a igreja do divino que existe até hoje.

Figura 4 - Igreja do Divino



Fonte: Ramos e Rodrigues (2019)

Um dia, após a reza, Dona Maria retornou até a delegacia, pois uma das ameaças que recebeu do tal homem foi “Se realizar a reza eu vou beber seu sangue”. Dona Maria disse que “o Diabo não podia mais do que Deus”, e que não tinha medo das ameaças. Ela explica que a igreja foi construída com muita ajuda, inclusive de pessoas da comunidade. O mesmo homem que ameaçou dona Beliza teve uma doença e ficou com o corpo todo roxo e toda a sua família acreditava que era castigo porque ele havia dito que Deus não era nada. Geertz (1958), enfatiza que a religião é um sistema de símbolos que estabelece sentimentos e motivações poderosas, penetrantes, duradouras, pela formulação de concepções de uma ordem geral de existência.

O simbolismo na festa do divino se caracteriza na associação entre o castigo e bênção, bem e mal. Associando determinados acontecimentos das vidas individuais ou coletivas, no caso de dona Beliza e dona Maria que tiveram vidas atribuladas, com a ajuda do Divino tiveram a certeza de uma recompensa feliz.

5 A FESTIVIDADE DO DIVINO EM CANTO E DANÇA

Um traço relevante na festa do Divino Espírito Santo, em Montes Altos, é a dança do Salambisco. Dona Maria narra que o,

O Salambisco que é uma dança realizada durante o canto à divindade. Se canta assim “vim dançar o salambisco, é de manhã; é de manhã, lá vem o dia, é de manhã, lá vem o dia”. É tocado a sanfona se inicia a cantar, “valei-me nossa senho-

ra mãe de Deus as virgem pura, quero um pedaço de carne daquele que tem gordura”, e repete.

De acordo com Eliade (2008) a dança, o canto e alimentação eram dedicados às divindades nos variados cultos antigos como forma de agradecimento pela colheita, pelo restabelecimento da saúde, pelo sol, chuva.

Realçando a contextualização da festa do divino encontrei no trabalho de Bezerra e Alves (2014) que estuda a mesma festa em Grajaú, referência sobre a dança do salambisco, consistindo em música e passos de dança ritmada, a letra da música informa ao dono da casa a intenção, por parte dos devotos, de realizar um lanche. Antes de oferecer o lanche é tocada um forró chamado de forró do salambisco que é dançado animadamente pelos presentes e depois é servido um prato de arroz temperado com carne, bolo e refrigerantes. Em seguida é feita reza de despedida.

Bezerra e Alves (2014, p. 5) identificaram também em sua pesquisa no município de Grajaú-Ma os elementos como,

A bandeira do Divino, a Canção do Divino Amor, e a Canção do Salambisco, entre outros levam os participantes e o império do Divino, composto por um casal de reis, pelas ruas da cidade em cortejo pelas casas que convidam o Divino para entrar de casa em casa. Cada dono da residência que convida o Divino toma a bandeira em mãos e anda por todos os cômodos da casa, como se dissesse “Entre e abençoe cada canto da minha casa e minha família”. Também aos donos da casa é oferecido uma valsa ou um forró para festejar a alegria de estar recebendo o Divino em sua casa. Alguns se preparam para

receber oferecendo comidas e bebidas aos participantes da festa, ou então apenas contribuindo com esmola para caixinha do Divino. Então o mesmo deverá conduzir o cortejo e entregar a caixinha de esmola do Divino ao próximo morador que receberá a festa em sua casa.

As festas religiosas foram trazidas pelos colonizadores europeus e, no Brasil, adquiriram novos formatos (Del Priore, 2000). Segundo Amaral (1998) foram impostas pela igreja católica para adoração aos santos, sendo patrocinadas pela população com doações em dinheiro ou prendas e todos eram obrigados a participar, tanto os nobres, como os mendigos e os escravos. O profano e o sagrado se misturavam em danças e procissões. Assim, a população se adaptou e ressignificou. Para Gomes e Baptista (2016) culminou em diferentes culturas pelo Brasil, com elementos variados, dança, música, símbolos religiosos que acabaram por se firmar definitivamente em cada local, com suas particularidades, a exemplo de manifestações Bumba-meu-boi, tambor de crioula, festa do Divino e tantas outras.

Como citado por Bezerra e Alves (2014) a Festa do Divino sai do âmbito propriamente religioso para dançar e festejar em casas de famílias para “abraçar” a todos e convidar a retribuir ou pedir, seja qual for a graça a cantiga tradicional do Divino expressa esse êxtase: “Encham-se a casa de luz Encham-se de cantos a cantos E é chegado o rei dos anjos DIVINO ESPÍRITO SANTO”.

A diversidade cultural do sudoeste maranhense, como os festejos tradicionais do catolicismo popular e de outras tradições culturais - a festa do divino, festa de reis,

danças populares é rica, apesar de pouco conhecida. Podemos dizer que há um mosaico de culturas e diversas temporalidades na constituição do Brasil como sociedade. A festa do divino de dona Maria e tantas outras pessoas do Maranhão a fora é fruto de um sincretismo religioso afro-indígena que a religião cristã classificou como festa profana, mas dado a força e resistência ainda segue sendo celebrada.

Os saberes populares da região do sudoeste maranhense estão imersos em nosso cotidiano, no entanto, depois que a região tocantina maranhense foi inserida na economia de mercado e se transformou, isso mudou drasticamente, visto que um grande fluxo de pessoas adentrou a região com seus costumes diferente.

Neste contexto percebemos a fronteira como o espaço onde as identidades não se manifestam claramente, ou seja, há uma retração cultural, onde essas identidades são ocultadas. Martins (2009) enfatiza que a fronteira é o espaço próprio do encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, a sociedade indígena e a sociedade não indígena, mas também os vários diferentes grupos sociais. Assim, o autor diz que a fronteira é o lugar da indefinição e do conflito. (Martins, 2009: 5).

A região em estudo, até os anos 1960, tinha uma expressiva produção cultural de uma identidade sertaneja, e que com a chegada das estradas ligando-a ao centro sul do país proporcionou um grande fluxo migratório, motivando a dispersão cultural. Mas, ainda existem vários grupos que se manifestam de várias maneiras, resistindo e abraçando suas raízes culturais, como os indígenas, as comunidades camponesas que se fixaram na região na busca de terra e trabalho. Essas raízes culturais são expressas na culinária variada, na variabilidade linguística local e nos ritos e festividades

religiosas, por exemplo, a Festa do Divino Espírito Santo.

A festa do Divino se insere no âmbito do patrimônio cultural imaterial ou intangível. Gonçalves (2009) afirma que esta é uma qualificação que se opõe ao patrimônio de pedra e cal, visando aspectos da vida social e cultural, como lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas de saber fazer de sociedades tradicionais.

Para José Luiz dos Santos (1996), cultura é uma preocupação contemporânea que leva em consideração relações e perspectivas de futuro, e diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações e sociedades.

Santos (1996) diz ser importante considerar a diversidade cultural interna à nossa sociedade porque é muito relevante para compreendermos melhor o país em que vivemos, diante do fato de termos uma diversidade de ideias que estão também relacionadas com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país. A diversidade também é construída de formas distintas de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas grupos sociais.

Ainda segundo Santos (1996) o estudo de culturas de sociedades diferentes e as formas culturais, no interior de uma sociedade, mostram que a diversidade existente não implica concluir que tudo é relativo, mas entender as realidades culturais no contexto da história de cada sociedade, das relações sociais dentro de cada uma e das relações entre elas. Assim, não há razão para querer imortalizar as facetas culturais que resultam da miséria e da opressão. Afinal, as

culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto não finaliza aqui, ainda precisamos escavar para chegar em mais dados sobre a diversidade cultural da região do sudoeste maranhense. A festa do Divino Espírito Santo constitui uma das mais tradicionais festas do catolicismo popular espalhadas pelo Maranhão, sendo uma mistura de elementos sagrados (comida, festa, canto e dança, as rezas, novenas, missas); música, indumentária e dança. Aspectos culturais material e imaterial se integram no acontecimento do festejo.

A história de Dona Beliza e Maria Ferreira foi feita reconstituindo testemunhos, lembranças e histórias de vida e mostra como elas foram ativas e resilientes movidas pela força da fé. Diante das dificuldades, inclusive desafiando o líder da igreja matriz da cidade que as proibia de fazer a festa, o padre teve que voltar atrás e pedir desculpas. Com coragem tomaram a iniciativa de ir adiante em sua devoção ao Divino Espírito Santo.

A pesquisa mostrou a potência dessas duas mulheres: Dona Beliza e Dona Maria em sua luta para que o festejo do Divino se configure no calendário religioso da cidade, contribuindo para formar um elo com os saberes diversos e socialmente construídos.

Essa festa é uma pequena demonstração do corpo cultural existente na região, que, na atualidade, pela força da

tecnologia e com a composição de novas culturas, inclusive com a cultura digital, tendem a se retrair ou a desaparecer.

FONTES DE PESQUISA ORAL

a) Fontes Orais - Maria Ferreira Carvalho. Organizadora da festa do Divino Espírito Santo de Montes Altos. Entrevistas realizadas na igreja do Divino e em sua residência. Data: julho de 2019.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. C. O. O tempo de festa é sempre. **Travessia Revista do Migrante**, V.15(6), pp. 8-10. 1993.

BEZERRA, Bruno R. R.; ALVES, Daniela S.dos S. A festa do divino em Grajaú: expressão da diversidade e riqueza da cultura popular no centro sul maranhense. **Boletim da Comissão Maranhense do Folclore**, n. 5, 2014.

ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**, tradução, Fernando Tomaz e Natalia Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERRETTI, Sérgio. **Festa do Divino no Maranhão**. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular: Iphan / Mec, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Ed. Record, São Paulo, edição 9, 2005.

GONÇALVES J.R Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GOMES M.C.; BAPTISTA M. L. Sacerdotisas do Divino e Sujeito-Trama do Turismo: A Festa do Divino Espírito Santo, Alcântara, MA. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, vol.13, ago. 2016.

GEERTZ, C. E. World view and the analysis of sacred symbols. **Antioch Review**, Vol.17 (4), p. 234-267, 1958.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Jose Luis. **O que é Cultura**. São Paulo: editora Brasiliense, 1996.

ORGANIZADORES

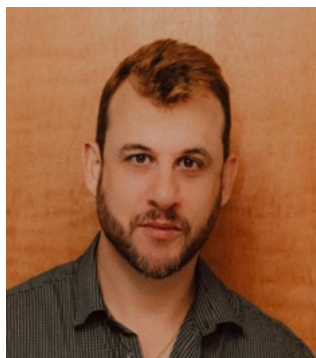


Carmem Barroso Ramos, é Socióloga, com Doutorado em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) vinculada na linha de pesquisa sobre estudos históricos latino-americanos; com Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Vice-líder do Grupo de Pesquisa interdisciplinar em Ciências, Artes e Tecnologia. É Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI).



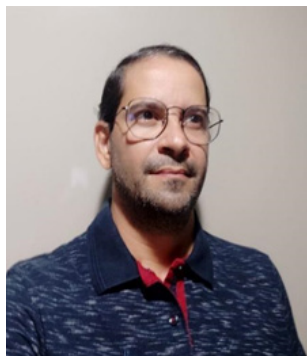
Roseane Arcanjo Pinheiro é professora associada do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS (2016), com Pós-Doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (2023-2024). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). Realiza pesquisas sobre história do jornalismo, história das mídias, história dos (as) jornalistas; comunicação comunitária,

memórias e comunidades. É presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (gestão 2025-2027).



César Alessandro Sagrillo Figueiredo: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutor em Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lider do Grupo de Pesquisa em Literatura, Política e Ensino (GELIPE). Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLLIT (UFNT) e no Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE (UFMA).

Autores



João Batista Pereira Silva é doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e Mestre em Letras pela Universidade da Região Tocantina do Tocantins UEMASUL. É Especialista em Metodologia de Ensino da Educação Superior, Especialista em Marketing Estratégico e Gra-

duado em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve pesquisas sobre Literatura Regional, notadamente voltada para análise de Crônicas Imperatrizenses. Atuou como pedagogo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Foi coordenador pedagógico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus Grajaú. Atualmente atua como pedagogo no IFMA - Campus Imperatriz.



Betania Oliveira Barroso é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (2004). É especialista em psicopedagogia clínica e institucional pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (2006). Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Ecologia Humana pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (2008) e

Doutora pelo mesmo Programa da Área de Concentração Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico. Tem experiência na área de Psicologia da Educação com ênfase nos seguintes temas: subjetividade, singularidade, aprendizagem e desenvolvimento, aprendizagem situada, aprendizagem expansiva, Alfabetização de jovens e Adultos e trabalho docente. Tem também atuação na área de Didática, Prática de Ensino das Ciências Humanas, Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação e Educação Especial. Atualmente é docente titular no Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE (UFMA).



José Siney Ferraz Rodrigues, é historiador com Doutorado em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) vinculado na linha de pesquisa sobre estudos históricos latino-americanos; Mestrado em História pela UFPE. É Professor Adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL e ativista Sindical.



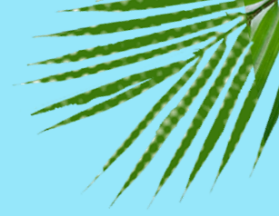
Jean Pierr De Sousa Viana Figueiredo: Professor Licenciado pelo Curso de Ciências Humanas/Sociologia/UFMA. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisador do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular - GEPEEP/LCH/UFMA. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI). Realiza estudos e pesquisas nas temáticas: Educação Popular; Movimentos Sociais; Comunidades Tradicionais; Questões de Gênero e Direitos Humanos.



Antônio Carlos Santiago Freitas

é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (2021). Especialista em Comunicação Empresarial pela Universidade Metodista de São Paulo (2018) e em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2018). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela

UFMA, Campus Imperatriz (2013). Realiza pesquisas sobre história do jornalismo, rotinas produtivas, jornalismo e convergência, jornalismo e poder, entre outras. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI).



A coletânea reúne oito pesquisas que envolvem recortes sobre aspectos históricos, culturais, sociais e políticos da região sudoeste maranhense, com destaques para as trajetórias de movimentos, instituições e práticas culturais. Na obra são abordadas temáticas que tratam da trajetória, história e memória da região do sudoeste maranhense.



EDITORA
UEMASUL